

CRMV PR

Conselho Regional de Medicina Veterinária - PR
Nº 23 | Ano V | Abr | Maio | Jun | 2007



Impresso Especial
360015464-0/2003-DR/PR
CONSELHO REGIONAL DE
MEDICINA VETERINÁRIA
DO ESTADO DO PARANÁ
CORREIOS



Stockxpert

Curitiba poderá ter função de
zootecnista regulamentada

Prontuário Médico

Da teoria para a prática

Fauna Sinantrópica:

Convivência e Consciência



Endocrinologia

em pequenos animais

René Garmider

Dia 4 de Agosto

Assuntos

Diabetes Melittus e Obesidade

Palestrante

Professora Dra. Márcia Jericó

Horário

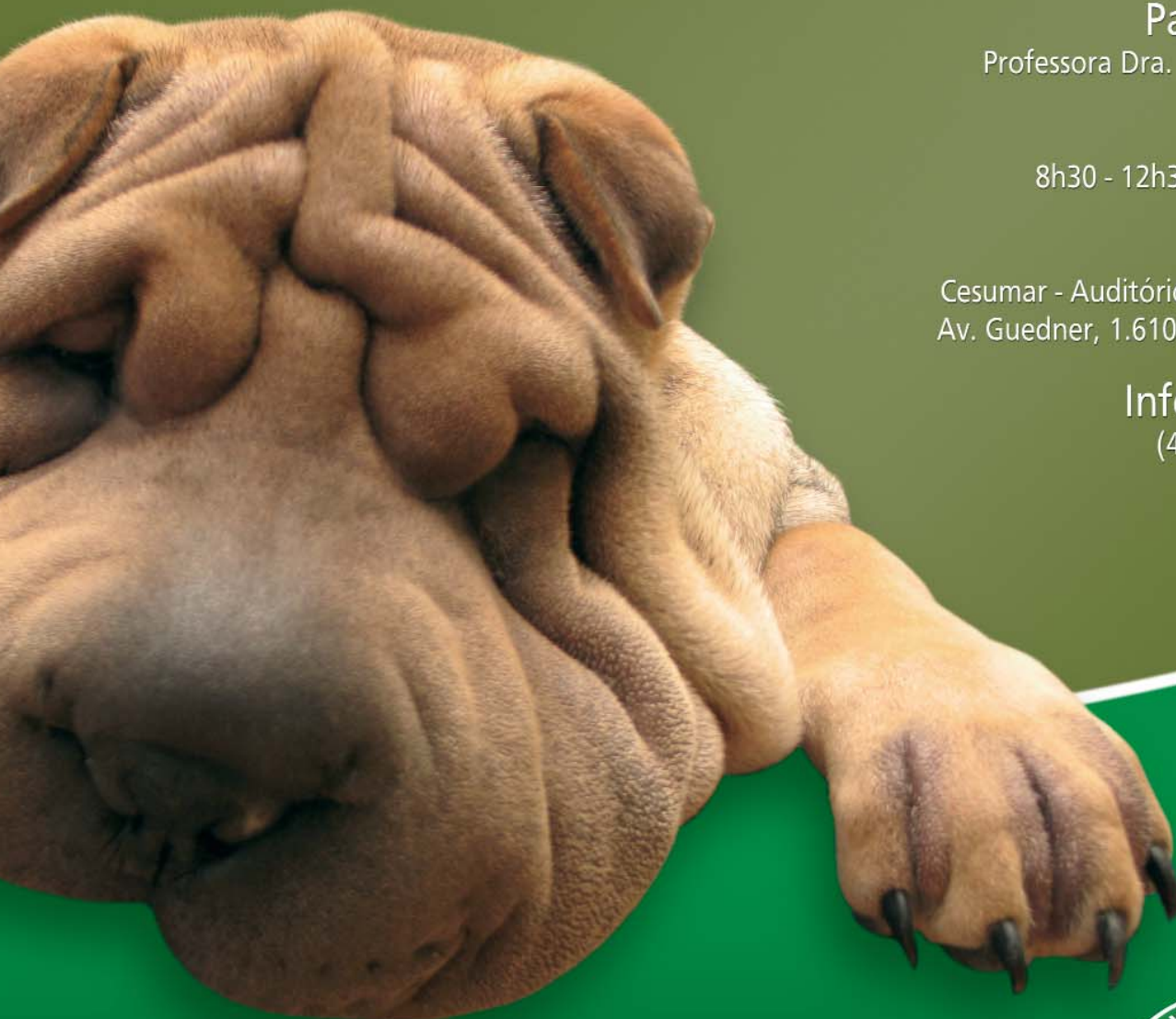
8h30 - 12h30 e 14h - 18h

Local

Cesumar - Auditório do Bloco 06
Av. Guedner, 1.610 - Maringá-PR

Informações

(44) 3223-4405

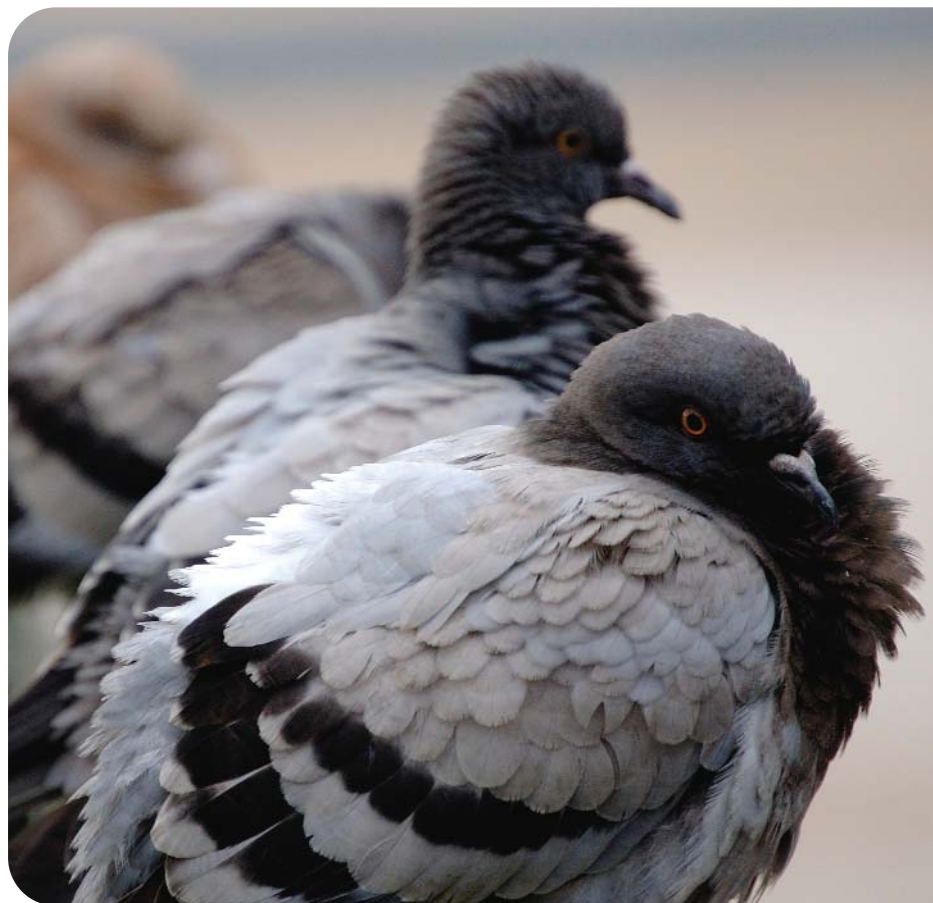


Apoio

CRMV PR

Realização





Conselho em ação

Pág. 6

Conselho em Ação

Novidades
nos Seminários de RT
Pág. 8

Especial

Acapameve comemora
8 anos e empossa acadêmicos
Pág. 10

Fiscalização

Processos Éticos
Pág. 12

Jurídica

Sociedades de Médicos
Veterinários e Zootecnistas
Pág. 18

Matéria de Capa

Fauna Sinantrópica:
Convivência e Consciência
Pág. 14

Expediente

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Masaru Sugai

Vice-presidente: Nestor Werner

Secretário-geral: Carlos Leandro Henemann

Tesoureiro: Oscar Lago Pessôa

Conselheiros efetivos: Ademir Benedito da Luz Pereira, Ivonei Afonso Vieira, José Carlos Calleya, Noemy Tellechea Pansard, Ricardo Maia e Ricardo Pereira Ribeiro.

Conselheiros suplentes: Adelaide Marina Schaedler, Ailton Benini, Amauri da Silveira, Carlos Alberto de Andrade Bezerra, Carlos Henrique Siqueira Amaral e Sérgio Toshihiko Eko.

Comissão editorial: Carlos Leandro Henemann (presidente), Ademir Benedito da Luz Pereira, Ivonei Afonso Vieira, Noemy Tellechea Pansard e Ricardo Pereira Ribeiro.

Edição: Gabriela Sguarizi

Jornalista Resp.: Gabriela Sguarizi - DRTPR 5702

Estagiário: Bruno Monreal

Tiragem: 10.000

Pré-Impressão e Impressão: Ajir Gráfica

Projeto Gráfico: RDO Brasil

www.rdobrasil.com.br - (41) 3338-7054

Designer Resp.: Leandro Roth

Diagramação: Cristiane Borges

Publicação do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná CRMV-PR

R. Fernandes de Barros, 685

Alto da XV - Curitiba - Paraná - CEP: 80040-200

Fone: (41) 3263-2511 - Fax: (41) 3264-4085

e-mail: jornalismo@crm-pr.org.br

As matérias e artigos assinados não representam, necessariamente, a opinião da Diretoria do CRMV-PR.



Carta aos profissionais

Arquivo CRMV-PR



A conduta ética-profissional é uma premissa que nós, membros da diretoria executiva e os conselheiros do CRMV-PR, temos trabalhado bastante. Seja nos Seminários de Responsabilidade Técnica, em eventos realizados, apoiados ou patrocinados ou, ainda, em mobilizações da classe. É papel do CRMV-PR informar toda a sociedade sobre a importância dessas profissões, bem como ressaltar a necessidade de se manter uma postura ética-profissional. É por isso que a partir desta edição, passaremos a publicar as ementas dos

processos éticos, já tramitados em julgado, para informar todos os médicos veterinários e zootecnistas sobre as atividades desenvolvidas pela atual gestão do CRMV-PR. Com esta iniciativa, esperamos mais uma vez salientar que a conduta ética deve ser diária no exercício da Medicina Veterinária e da Zootecnia. ●

Boa leitura!

Masaru Sugai
presidente do CRMV-PR

Agenda

45º Seminário de Responsabilidade Técnica Dia 06 de julho - Maringá (PR) Informações: www.crmv-pr.org.br	Curso Teórico-Prático de Atendimento de Aves Silvestres Dia 19 de agosto - São Paulo (SP) Informações: (11) 6995.9155
IV Simpósio Internacional de Leishmaniose Visceral Canina De 16 a 17 de julho - Belo Horizonte (MG) Informações: anclivepa@anclivepa-mg.com.br	Curso de Inseminação Artificial em Bovinos De 20 a 24 de agosto - Campo Grande (MS) Informações: www.genesisvet.com.br
Feira Pet 2007 De 22 a 24 de julho - Curitiba (PR) Informações: (55) 3333.1988	46º Seminário de Responsabilidade Técnica Dia 24 de agosto - Ponta Grossa (PR) Informações: www.crmv-pr.org.br
Curso de Inseminação Artificial de bovinos De 23 a 26 de julho - Campina Grande do Sul (PR) Informações: www.mataatlantica.org	II Simpósio de Oftalmologia Veterinária da FMVZ / USP De 27 de agosto a 2 de setembro - São Paulo (SP) Informações: simpoftavet_usp@yahoo.com.br
44ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia De 24 a 27 de julho - Jaboticabal (PR) Informações: www.reuniaoanualsbz.com.br	Curso de Transfêria de Embriões Bovinos De 30 de agosto a 2 de setembro - Campo Grande (MS) Informações: www.genesisvet.com.br
II Curso de Ciências Aplicadas na Oftalmologia Veterinária De 30 de julho a 23 de agosto - Buenos Aires (AR) Informações: hdh@fvvet.uba.ar	34º Cobravet - Congresso Brasileiro de Veterinária De 10 a 12 de setembro - Santos (SP) Informações: (11) 3129.4486
Comportamento de Cães e Gatos De 4 a 5 de agosto - Londrina (PR) Informações: (43) 9151.8889	Curso de Sincronização de Cio e Manejo de Programas IA e IÁFT De 14 a 16 de setembro - Campo Grande (MS) Informações: www.genesisvet.com.br
Curso de Endocrinologia em Pequenos Animais Dia 4 de agosto - Maringá (PR) Informações: (44) 3223.4405	CTI-PET - Curso de Terapia Intensiva em Animais de Companhia De 15 a 16 de setembro - Londrina (PR) Informações: (43) 9151.8889
7º Conferência Sul-Americana de Medicina Veterinária De 9 a 11 de agosto - Rio de Janeiro (RJ) Informações: www.riovet.com.br	47º Seminário de Responsabilidade Técnica Dia 21 de setembro - Pato Branco (PR) Informações: www.crmv-pr.org.br
Curso de Ultra-sonografia na Reprodução Animal De 10 a 12 de agosto - Campo Grande (MS) Informações: www.genesisvet.com.br	XX Congresso Latino-Americano de Avicultura 2007 De 25 a 28 de setembro - Porto Alegre (RS) Informações: www.avicultura2007.com.br
Medicina de Animais Silvestres De 11 a 12 de agosto - Goiânia (GO) Informações: www.anclivepago.com.br	Curso Teórico-Prático de Anestesia Veterinária Dia 30 de setembro - São Paulo (SP) Informações: (11) 6995.9155
8º Internacional Veterinary Immunology Symposium De 16 a 19 de agosto - Ouro Preto (MG) Informações: (11) 3361.3056	

Transparência no CRMV-PR

Período: de janeiro a abril de 2007

Receitas		R\$	%
Anuidades de Pessoas Físicas		840.716,90	40,52%
Anuidades de Pessoas Jurídicas		1.077.571,51	51,93%
SUBTOTAL		1.918.288,41	92,45%
Receitas com Aplicações Financeiras		35.654,45	1,72%
Receitas com Inscrições		31.575,25	1,52%
Expedição de Carteiras		10.356,00	0,50%
Expedição de Certidões		-	0,00%
Expedição de Certificações		14.890,88	0,72%
Receita de Dívida Ativa		10.984,85	0,53%
Transferências do CFMV		-	0,00%
Outras Receitas (*)		53.219,22	2,56%
Alienação de Bens Móveis		-	0,00%
TOTAL (A)		2.074.969,06	100,00%
Itens	Despesas	R\$	%
(1)*	Pessoal	260.583,71	35,18%
(2)*	Material de Consumo	20.604,62	2,78%
(3)*	Serviços de Terceiros e Encargos	4.438,20	0,60%
(4)*	Outros Serviços e Encargos	442.632,06	59,75%
(5)*	Obras/Benfeitorias e Instalações	3.345,00	0,45%
(6)*	Equipamentos e Material Permanente	9.144,08	1,23%
TOTAL (B)		740.747,67	100,00%
Superávit Orçamentário C = A - B		1.334.221,39	64,30%

(*) Outras Receitas: Multas p/falta inscrição/registro, Multas p/falta RT, Multas p/ausência à Eleição, Indenizações e Restituições (custas processuais), Multas, Juros e Atual. Monet. s/anuidades PF e PJ, Taxa de Propriedade Rural e Listagens de Empresas.

Méd. Vet. Masaru Sugai
CRMV-PR Nº 1797
Presidente

Jorge Alves de Brito
CRC-PR Nº 028.374/O-0
Contador

Detalhamento das Despesas

(1) * Salários, Gratificação por Tempo de Serviço, Gratificação de Função, Serviços Extraordinários, 13º Salário, Férias, Abono pecuniário de férias, Gratificação 1/3-Constituição, Ajuda de Custo Alimentação, Auxílio Creche/babá, INSS, FGTS, PIS; Indenizações;

(2) * Artigos de expediente, Despesas c/ Veículos, Art. Material Limpeza/Conservação, Gêneros Alimentícios, Mat.Acess.p/Máq.e Apar., Vestuários e Uniformes, Outros Materiais de Consumo;

(3) * Prestação de Serviços de Autônomos e INSS s/ Serviços Prestados;

(4) * Assessorias: Jurídica Administrativa e Trabalhista, Locação de Móveis e Imóveis, Telefone, Fax, Serviços Postais, Diárias/Passagens Diretoria e Conselheiros, Água/Esgoto, Energia Elétrica, Plano de Saúde, Vale Transporte, Serviços de Informática, Reparos, Adaptação e Conservação de Bens, Serviços Gráficos, Serviços de Divulgação e Publicidade, Despesas c/ Fiscalização, Congressos e Convenções, Despesas com Educação Continuada, Convênio com o CIEE/PR, Manutenção Internet e Site, Desp. Abastec. veículos, Outros Serviços de Terceiros e Encargos;

(5) * Benfeitorias, Reformas e Instalações no imóvel da Sede/Delegacias Regionais do CRMV-PR ;

(6) * Mobiliário em Geral e Utensílios de Escritório, Materiais Bibliográficos, Utensílios de Copa e Cozinha, Máquinas e Aparelhos de Escritório, Equipamentos de Informática, Aparelhos de Intercomunicações, Veículos e Aparelhos de Foto Cinematográficos.

Entrega de cédulas

Gabriela Sguarizi



24 de abril - Curitiba.

Novos profissionais de Ponta Grossa, Paranavaí, Curitiba, Guarapuava, Cascavel, Pato Branco, Maringá e Londrina receberam cédulas nos meses de março, abril e maio. Foram realizadas solenidade de entrega de cédulas nos dias:

- 7 de março: Ponta Grossa;
- 12 de março: Paranavaí;
- 26 de março: Curitiba e Guarapuava;
- 27 de março: Cascavel, Pato Branco e Ponta Grossa;
- 19 de abril: Cascavel e Maringá;
- 20 de abril: Londrina;
- 24 de abril: Curitiba;
- 28 de maio: Curitiba. ●



27 de março - Ponta Grossa.



12 de março - Paranavaí.

Novos profissionais

No dia 11 de abril, o CRMV-PR homenageou a acadêmica Elaine Cristina Krygirowich, durante a sessão solene de colação de grau dos alunos de Zootecnia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), por ela ter tido o melhor desempenho na graduação. Na ocasião, o Conselho esteve representado pelo delegado regional em Curitiba, Wagner Luiz Bueno.

Quem nos deixou...

É com tristeza que informamos o falecimento do primeiro zootecnista paranaense Ambires Cecílio Machado Riella (ZP 001). Riella, que estava com 62 anos, era professor aposentado da Universidade Federal do Paraná (UFPR), foi também o primeiro docente contratado pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) para o curso de Medicina Veterinária e, atualmente, participou da comissão que assessorou a Faculdade Evangélica (Fepar) na montagem do curso de Medicina Veterinária. Riella faleceu dia 14 de maio. "A classe deve um respeito muito grande ao professor Ambires, pois ele foi dono de uma conduta exemplar", ressalta o presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná (CRMV-PR), Masaru Sugai.

Outro zootecnista que nos deixou foi Jorge Kasimerczak (ZP 330). Jorge, que tinha 47 anos, faleceu no dia 9 de abril em virtude de um infarto fulminante. Jorge era da região de Campo Mourão.

Início de campanha de fiscalização será adiada

O CRMV-PR informa profissionais e empresas que a data de início da campanha de fiscalização de afixação de adesivos em estabelecimento veterinários será prorrogada. A previsão era deflagrar a campanha no mês de maio, mas, por motivos de descumprimento contratual da empresa vencedora do Pregão Presencial 01/2006 (lote 2), a nova data ainda será divulgada pelo Conselho. Em virtude do cancelamento do contrato com a empresa Progressiva Editora Ltda., o CRMV-PR abrirá novamente processo licitatório para a impressão do material.

Campanha

Um dos objetivos da campanha é esclarecer e alertar a população leiga sobre quais os procedimentos podem ser realizados em cada estabelecimento. A obrigatoriedade da afixação dos adesivos está pre-

vista na Resolução CRMV-PR 02/2006, devendo ser colocados os adesivos em local de fácil visualização ao público consumidor. O não consentimento na afixação do adesivo ou a retirada do local implicará na denúncia do CRMV-PR ao órgão competente pela defesa do consumidor e podendo, ainda, ser imposta multa de até R\$ 2 mil.

São seis os modelos de adesivos: Hospitais Veterinários, Clínicas Veterinárias, Consultórios Veterinários, Pet Shops, Casas Agropecuárias e Geral. Ou seja, o estabelecimento registrado no Conselho como Consultório Veterinário receberá o adesivo específico com quais procedimentos podem ser realizados e quais não podem.

A entrega dos adesivos será feita pelos fiscais da Autarquia no momento das visitas de fiscalização. ●

CRMVs do Sul unificam ações, diz Sugai

Aconteceu em Foz do Iguaçu a 3ª Reunião Administrativa dos CRMVs da Região Sul, nos dias 22 e 23 de março. O encontro institucional serviu para integrar as atividades dos três conselhos. “A reunião é uma importante oportunidade para as entidades unificarem ações políticas, éticas, técnicas e administrativas”, salienta o presidente do CRMV-PR, Masaru Sugai.

Divididos em quatro Grupos de Trabalho - GT Diretoria, Conselheiros e Delegados; GT Assessoria Jurídica, GT Fiscalização e GT Administrativo – os participantes discutiram controle e fiscalização das atividades dos responsáveis técnicos; autuação dos Serviços de Inspeção Municipais (SIM) e dos Programas de Inseminação Artificial (PIA) para que façam prova da presença de um médico veterinário responsável pelas atividades; registro e identificação de estabelecimentos; sistema de informática integrado no Sistema CFMV/CRMVs; andamento de processos administrativos antigos; plano de cargos e salários, agilidade no tráfego de informações entre os regionais; fiscalização em agropecuárias, biotérios, consultórios e clínicas veterinárias.

ENCP

Por unanimidade, os presidentes e diretores dos regionais pronunciaram-se a favor do Exame Nacional de Certificação Profissional como forma de assegurar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela classe médico-veterinária à sociedade. Contudo, mostraram-se bastante preocupados com a pressão que algumas instituições de ensino estariam fazendo para barrar o projeto de lei, que institui a obrigatoriedade da aprovação no exame para o exercício da profissão de médico veterinário. A proposta, de autoria do senador Tião Viana, já teve o aval do Senado e agora está em trâmite na Câmara de Deputados. O projeto de lei 6417/2005 já passou pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e também pela Comissão de

Constituição e Justiça e de Cidadania; em ambas obtendo parecer favorável dos deputados relatores.

Participaram da reunião em Foz do Iguaçu, os presidentes Masaru Sugai (CRMV-PR), Moacir Tonet (CRMV-SC), Air Fagundes (CRMV-RS), Fernando Laender (CRMV-MG), Valney Souza Corrêa (CRMV-MT), Eduardo Borges (CRMV-RJ), Francisco Cavalcanti de Almeida (CRMV-SP); Sebastião dos Reis (diretor do CRMV-MS), Nivaldo da Silva (vice-presidente do CRMV-MG), Nestor Werner (vice-presidente do CRMV-PR), Ricardo da Silva (vice-presidente do CRMV-RJ), Pedro Jeremias Borba (CRMV-SC), Henrique Antônio Carlesso (CRMV-SC), Élio João Ventura (CRMV-PR), José Arthur Martins (CRMV-RS) e Odemilson Mossero (CRMV-SP), além de funcionários e assessores dos CRMVs.

Em 2006, foram realizados encontros em Florianópolis (SC) e em Porto Alegre (RS). O próximo encontro está agendado para agosto de 2007 em Porto Alegre.

Desdobramentos do encontro regional

Um dos desdobramentos da 3ª Reunião Administrativa dos CRMVs do Sul foi o encontro dos presidentes dos Conselhos Regionais com o presidente do

Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), Benedito Fortes de Arruda, no início do mês de abril. O objetivo dos regionais foi dar encaminhamento aos assuntos debatidos em Foz do Iguaçu.

Na pauta da reunião um tema bastante polêmico: a tabela de honorários da Federação Nacional dos Técnicos Agrícolas (Fenata), disponível na internet. Na tabela constam atividades como inseminação artificial, exame andrológico, coleta de sêmen, exame parasitológico de pele, exame parasitológico de fezes, redução de prolapso retal, amputação de útero, receita veterinária, entre outras; todas elas ações de competência privativa de médico veterinário. Os presidentes dos CRMVs concluíram que se trata de exercício ilegal da profissão e encaminharam o assunto ao CFMV para que sejam tomadas providências em âmbito nacional.

Além dos presidentes dos CRMVs da Região Sul, Masaru Sugai, do Paraná; Moacir Tonet, de Santa Catarina, e Air Fagundes dos Santos, do Rio Grande do Sul, também estiveram presentes no encontro com o CFMV representantes dos conselhos regionais de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. ●

Gabriela Sguarizi



A proposta da reunião é integrar as ações dos CRMVs. Na foto, os presidentes Moacir Tonet (SC), Masaru Sugai (PR) e Air Fagundes (RS).

Novidades nos Seminários de RT

Os seminários de Responsabilidade Técnica estão diferentes em 2007. “A metodologia, o conteúdo e a forma de apresentação dos seminários foram reformulados com o intuito de aperfeiçoar, padronizar e otimizar o tempo utilizado”, explica o presidente da Comissão, Carlos Alberto de Andrade Bezerra e também conselheiro suplente do CRMV-PR.

Após analisar as fichas de avaliação, as quais são preenchidas ao término de cada seminário pelos participantes, os membros da Comissão detectaram que o público-alvo dos seminários havia mudado. No início da realização dos encontros, em julho de 2004, o perfil dos participantes era de profissionais que já atuavam na área de RT e estavam formados há algum tempo. No entanto, em 2006, o cenário mudou. Grande parte dos 882 participantes dos seminários daquele ano era formada por acadêmicos do último ano ou, ainda, por profissionais que não haviam atuado na área. Em virtude desta alteração e também atendendo sugestões de profissionais, a estrutura dos seminários precisou ser adaptada e foi reformulada, inclusive começando pelo horário. Neste ano, os seminários são das 9h ao meio-dia e prosseguem das 14h às 16h. Os temas das palestras continuam os mesmos, entretanto os conteúdos passaram por revisões e atualizações.

Instituídos no Estado, pela Resolução CRMV-PR 01/2004, a participação nos seminários passou a ser requisito para a homologação da Anotação de Função Técnica no CRMV-PR. Os seminários foram formatados para promover e informar médicos veterinários e zootecnistas sobre o conjunto de normas reguladoras de responsabilidade técnica, Código de Ética do Médico Veterinário e do Zootecnista e, ainda, as

responsabilidades administrativas, civis e criminais. “O objetivo é orientar e sensibilizar os profissionais para a importância da responsabilidade técnica”, destaca Bezerra. Cerca de quatro mil profissionais de todo o Estado já participaram do encontro.

Avaliação

Os seminários de RT têm tido uma boa aceitação da classe. “Aproximadamente, 86,74% dos profissionais e acadêmicos que participaram dos seminários em 2006 avaliaram positivamente o encontro”, frisa Bezerra. Segundo os dados, o evento foi bom para 36,74%, muito bom para 40,48%, ótimo para 8,5%. E apenas 2,21% responderam que o evento foi ruim e 11,05% regular. Não opinaram 1,02% dos participantes.

Calendário 2007

Até o final do ano, o CRMV-PR vai promover mais quatro Seminários de RT. Eles serão realizados em Ponta Grossa (24 de agosto), Pato Branco (21 de setembro), Cascavel (26 de outubro) e em Curitiba (7 de dezembro). As inscrições podem ser efetuadas pelo site (www.crmv-pr.org.br) ou ainda nas delegacias regionais. Para mais informações, entre em contato com a Seção de Responsabilidade Técnica pelo e-mail srt@crm-pr.org.br.

Gabriela Sguarizi

Fonte consultada:
Carlos Alberto de Andrade Bezerra

Nova Resolução CRMV-PR

Os procedimentos para a obtenção de apoio financeiro e institucional do CRMV-PR em eventos ligados à Medicina Veterinária e à Zootecnia no Paraná foram regulamentados pela Autarquia Federal. Atendendo à determinação do Tribunal de Contas da União, o CRMV-PR baixou a Resolução 3, de 17 de maio de 2007, para normatizar os critérios de concessão do apoio. O documento está disponível no site do Conselho para consulta.

1º Seminário das Comissões Técnicas do CRMV-PR

Visando uma maior interação entre as seis comissões técnicas, o CRMV-PR promoverá o 1º Seminário das Comissões Técnicas do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná. O objetivo do seminário é propor uma troca de experiências mais efetiva nas diversas áreas da Medicina Veterinária e da Zootecnia. A data prevista para a realização do seminário é dia 11 de julho, em Curitiba.

CRMV-PR renova a frota

A Renault do Brasil entregou no mês de abril os dois veículos Clio Hatch Authentique adquiridos pelo CRMV-PR, no mês de março, por meio do Pregão Presencial 02/2007. Os novos carros foram adquiridos para substituir os dois Palio EL 1998/1998 utilizados pela Seção de Fiscalização em Curitiba, os quais serão leiloados em breve.



Campanha pelo cumprimento do piso salarial

As entidades de classe representantes da Medicina Veterinária, Arquitetura e Engenharias uniram esforços para a aplicação do Salário Mínimo Profissional (SMP), realizando ações conjuntas para o cumprimento do pagamento do piso salarial, previsto na Lei Federal 4.950-A/66. Este é um dos resultados da audiência pública “41 Anos da Lei 4.950-A/66”, realizada dia 23 de abril, na Assembléia Legislativa do Paraná. O convênio de Cooperação Técnica foi assinado pelos presidentes do CRMV-PR, Masaru Sugai; do CREA-PR, Álvaro Cabrini Júnior; do Sindivet-PR, Cezar Amin Pasqualin; do Sindicato dos Engenheiros (Senge-PR), Ulisses Kaniak; e do Sindicato dos Arquitetos (Sindarq-PR), Ana Carmen de Oliveira. Além dos representantes das entidades, o deputado estadual Péricles de Holleben Mello, autor da proposição, assinou como testemunha.

A audiência pública discutiu questões legais sobre o pagamento do salário mínimo com o intuito de mobilizar as empresas para o cumprimento da legislação, além de chamar a atenção do empregado para a valorização profissional. De acordo com a assessora jurídica do Senge-PR, Giani Amorim, devem respeitar o pagamento do piso salarial as instituições públicas, privadas e mistas. “Os funcionários públicos regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) têm o direito de receber o piso”, afirmou. Ela explica que a única ressalva é quanto aos funcionários públicos estatutários, “porque a Lei 4.950-A não os abrange”. Os estatutários são regidos pelo Estatuto do Servidor Público. “Estamos lutando não apenas pela repro-



Gabriela Sguarizi

A campanha foi deflagrada na AL dia 23 de abril.

posição salarial, mas pela valorização do profissional. É uma questão de dignidade”, frisou o Cezar Amin Pasqualin.

Segundo o deputado estadual Péricles, proponente da audiência pública, a Assembléia vai estudar uma proposta legislativa estabelecendo que os concursos públicos realizados no Paraná respeitem o piso salarial das categorias. Conforme a Lei 4.950-A/66, para uma jornada de trabalho de até 6h diárias o valor é de 6 salários mínimos. Já para 8h, são 9 salários mínimos. Na opinião do presidente do CRMV-PR, Masaru Sugai. Todas as entidades deverão se unir para exigir o cumprimento da Lei 4.950-A/66.

Convênio

O acordo assinado entre as entidades estabelece a efetivação de uma campanha na

mídia para divulgar os dispositivos legais; integração de esforços para a aplicação do Salário Mínimo Profissional, quando da realização de concursos e contratações por empresas e órgãos, públicos e privados, sujeitos ao regime celetista; realização de ações conjuntas objetivando a fiscalização do cumprimento do pagamento do piso salarial; criação de um canal de comunicação permanente para troca de informações e proposição de ações conjuntas institucionais.

Ulisses Kaniak, do Senge-PR, informou que iniciativas como esta também estão sendo realizadas em outros estados. “A idéia é levar a discussão também para outros municípios englobando as câmaras municipais”, disse. No dia 18 de abril, Kaniak abordou o tema na Tribuna Livre da Câmara Municipal de Curitiba e no dia 23 de abril, no ALP. ●

Gabriela Sguarizi

Salário Mínimo Profissional

“A valorização profissional começa pelo respeito ao Piso Salarial”

Realizou-se no dia 23 de abril de 2007 no Plenarinho da Assembléia Legislativa o 1º Encontro referente ao cumprimento do Salário Mínimo Profissional para os profissionais abrangidos pela lei 4950-A/66: Médicos Veterinários, Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos e Químicos, com a presença de alguns deputados estaduais e profissionais das classes envolvidas.

Apesar dos avanços na aplicação do Salário Mínimo Profissional, a sua aplicação ainda deixa a desejar, especialmente, na administração direta do setor público. Os debates aconteceram no sentido de que todas as profissões abrangidas pela lei passem a agir de maneira conjunta através das suas entidades de classe (conselhos e sindicatos) na busca do efetivo cumprimento da lei e como consequência maior valorização dos profissionais. Mais informações referente ao tema em questão poderão ser obtidos junto ao SINDIVET através do e-mail sindivetpr@sindivetpr.com.br.

Acesse a tabela para o Cálculo do Salário Mínimo Profissional dos Médicos Veterinários, através da home-page do SINDIVET: www.sindivetpr.com.br

Busque seus direitos, pois somente através da valorização profissional é que conseguiremos ter a devida segurança para a prestação efetiva das atividades profissionais de nossa competência.

Cezar Amin Pasqualin

Acapameve comemora 8 anos e empossa acadêmicos

Danny Renato Trentini



A solenidade foi realizada no Prédio Histórico da UFPR, em Curitiba.

Foi bastante movimentada a posse dos novos quatro acadêmicos titulares da Academia Paranaense de Medicina Veterinária (Acapameve), realizada na noite de 26 de abril, no Prédio Histórico da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba. A solenidade marcou o aniversário de oito anos da entidade e reuniu autoridades, além de familiares e amigos.

Tomaram posse na cerimônia os médicos veterinários Zalmir Silvino Cubas (cadeira nº1), Ailton Santos da Silva (cadeira nº3), Eleutério Dallazem (cadeira nº11) e Pedro Ribas Werner (cadeira nº12). Também foi empossado, como Membro Honorário, o presidente do CRMV-PR, Masaru Sugai. A Acapameve prestou, ainda, homenagem póstuma ao médico veterinário Deocy Conceição França, entregando o título de Vulto Emérito ao filho do profissional, e outorgou a Comenda Ordem do Mérito Veterinário a Luiz Carlos Nisgoski, a Orley Fedato e a Carlos Henrique Montanha Vianna.

A acadêmica titular Clotilde de Lourdes Branco Germiniani deu as boas-vindas aos novos acadêmicos, enaltecendo os currículos. “Eles contribuirão para o engrandecimento da entidade e da profissão”, disse Clotilde, lembrando da importância da Medicina Veterinária para a sociedade. Em nome dos recém-empossados, Ailton Santos da Silva disse “nós seremos operários para trabalhar pela Medicina Veterinária do Paraná e do Brasil”. Masaru Sugai pronunciou-se muito feliz com indicação, compartilhando-a com diretores, conselheiros, funcionários e estagiários do CRMV-PR. “Aprendi com meus pais, de origem nipônica, a escrever a história para valorizar a cultura”, salientou.

A Academia Paranaense de Medicina Veterinária tem por objetivo cultivar o estudo da Deontologia, contribuir para o progresso da ciência, propor soluções para os problemas ligados à profissão e estimular o estudo científico da Medicina Veterinária.

Estiveram presentes na solenidade, os presidentes dos CRMVs Air Fagundes, do Rio Grande do Sul, e Osmar Bastos, do Mato Grosso do Sul; o vice-presidente da Academia Rio-Grandense de Medicina Veterinária, Augusto Langeloh, e os conselheiros Ricardo Pereira Ribeiro e Amauri da Silveira, do CRMV-PR. ●



Patrícia Ortiz Ribeiro

Profissionais empossados.

Curitiba poderá ter função de zootecnista regulamentada

Todos pela Zootecnia! Este foi o pedido do zootecnista Marcos Elias Traad da Silva aos vereadores de Curitiba durante a Tribuna Livre, na Câmara Municipal, realizada em 9 de maio. Traad falou aos parlamentares sobre a profissão e ressaltou a importância de se criar a função de zootecnista nos quadros funcionais do município. O evento foi alusivo ao Dia do Zootecnista, comemorado em 13 de maio.

Traad, que é diretor do Zoológico de Curitiba e docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), solicitou apoio de todos os parlamentares no sentido de aprovarem o projeto de lei, em trâmite na Casa, que cria a função de zootecnista na cidade e institui o Dia Municipal do Zootecnista – 13 de maio, de autoria do vereador Angelo Batista. O professor reclamou da falta de oportunidade no mercado de trabalho, principalmente no setor público. “Queremos ter acesso aos concursos públicos e também expandir o agronegócio brasileiro, assegurando a saúde dos animais e da população”, concluiu.

Os vereadores mostraram-se favoráveis à aprovação da proposta. Se a iniciativa passar pelo Legislativo municipal e for sancionada pelo prefeito Beto Richa, abrir-se-á a possibilidade de contratação de zootecnistas mediante concurso público na capital paranaense. O projeto de lei foi apre-



Marcos Traad solicitou o apoio de todos os vereadores curitibanos para aprovarem o projeto de lei.

sentado na Câmara Municipal no início de maio e ainda precisará passar pela análise legal para depois ir ao plenário.

Segundo Traad, o mercado de trabalho é amplo e promissor. “O profissional é apto para assumir gerenciamento agropecuário, fazendas, indústrias de carne e leite, fábrica de rações e suplementos, associações de criadores, cooperativas, zoológicos, reservas ambientais, empresa de melhoramento genético, meio ambiente e instituições de ensino e pesquisa”, salientou.

A Tribuna Livre é um espaço cedido pela Câmara de Curitiba à sociedade para

debater com os parlamentares a respeito de questões que venham a contribuir para o município. O convite ao zootecnista Marcos Traad foi da bancada do Partido Progressista (PP) na Casa.

Participaram da sessão, o presidente do CRMV-PR, Masaru Sugai; o presidente do SinzooPar, Carlos Frederico Grubhofer; a delegada do CRMV-PR em Curitiba, Regina Utime; docentes e acadêmicos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e das Faculdades Integradas Espírita (Unibem). ●

Empresas primam por características pessoais na seleção, diz pesquisa

O principal quesito levado em consideração para selecionar um profissional atualmente é a característica pessoal, ou seja, criatividade, iniciativa e liderança, entre outros. Esta é uma das conclusões da pesquisa da zootecnista Maria Cecília Doska, que ministrou palestra sobre o “Perfil demandado de profissionais zootecnistas no Paraná”, na sede do CRMV-PR, a acadêmicos de Zootecnia da UFPR.

Maria Cecília é recém-formada pela instituição e a pesquisa foi tema do trabalho de conclusão de curso. A pesquisa foi realizada durante estágio curricular obrigatório no Portal do Zootecnista sob a orientação de campo do zootecnista André Gualhanone e do professor orientador Marson Bruck Warpechowski.

Para chegar aos resultados, Maria Cecília elaborou um questionário com 75 questões objetivas e o distribuiu via internet para 114 empresas, nos meses de agosto e outubro de 2006. Destas 28 responderam satisfatoriamente às perguntas. Foram consultadas empresas públicas, privadas e de integração, cooperativas e associações. As questões abordaram as áreas de economia e gestão, métodos quantitativos e computacionais, conhecimento técnico, comunicação e expressão, qualidades pessoais e experiência profissional.

Segundo os gestores, um zootecnista precisa ter principalmente conhecimento em gestão de qualidade, capacidade de utilização de softwares, conhecimento de fatores de produção animal, capacidade de organizar e apresentar uma informação ou projeto técnico e, ainda,

possuir alto padrão moral e ético. “O perfil de exigência vai variar de acordo com o tipo de empresa e área de atuação”, ressaltou Maria Cecília.

“Esta pesquisa é o reflexo do mercado de trabalho atual. Realmente, o que as empresas estão buscando são características pessoais dos profissionais, pois competência técnica pode ser provida, já a característica do profissional não tem como mudar”, salientou Masaru Sugai, parabenizando a profissional pela iniciativa.

Outra conclusão importante, ressaltada pelo professor Marson, é que as “empresas não estão dando mais tanta atenção para a experiência profissional. Em contrapartida, levam em consideração conhecimentos que só se adquire participando de atividades práticas”. ●

Processos Éticos

Seguindo o preceito da transparência, o CRMV-PR passa a informar para toda a classe a partir desta edição os processos ético-profissionais que já transitaram em julgados. Nesta primeira veiculação serão publicados os processos finalizados a partir de setembro de 2002.

*Processo Ético CRMV-PR nº 1758/2000.
Acórdão nº 001/2004. Julg.: 04.06.2004. Votação: Unânime.*

Ementa: Médico Veterinário. Procedimento cirúrgico realizado sem autorização formal do proprietário e sem exames de pré-operatório. Morte do animal por choque. Não elaboração de prontuário do animal. Denúncia julgada procedente. Violação dos artigos 13, IX e XI; e artigo 14 VI do Código de Ética. Penalidade: Leve – Censura Confidencial.

*Processo Ético CRMV-PR nº 6719/2001.
Acórdão nº 010/2006. Julg.: 21.07.2006. Votação: unânime.*

Ementa: Médico Veterinário. Animal acidentado. Deslocamento de membro. Aplicação de analgésico e tala. Posterior necrose do membro. Amputação realizada por outro profissional. Alegação de negligência do profissional no atendimento inicial. Alegação de recusa do proprietário em realizar Raio X do animal. Tratamento adequado realizado pelo profissional, face às circunstâncias do caso. Impossibilidade de imputar somente ao profissional o resultado do tratamento. Possível ausência de cuidados do proprietário. Ausência de prova da negligência do profissional. Denúncia julgada improcedente.

*Processo Ético CRMV-PR nº 1204/2003.
Acórdão nº 003/2005. Julg.: 10.02.2005. Votação: Maioria dos votos.*

Ementa: Médico Veterinário. Transcrição e assinatura de laudos histopatológicos realizados por terceiros sem mencionar os responsáveis pela análise. Apropriação indébita de trabalho intelectual. Laboratório que terceiriza algumas análises e cujos resultados inserem em seu laudo sem mencionar a fonte ou sem autorização prévia. Sem previsão legal no Código de Ética do Médico Veterinário. Fato atípico. Denúncia julgada improcedente.

*Processo Ético CRMV-PR nº 5386/2003.
Acórdão nº 001/2006. Julg.: 24.02.2006. Votação: unânime.*

Ementa: Médico Veterinário. Imperícia e negligência. Cão submetido à raspagem de orelha e, que por um movimento brusco do animal, contribuiu para uma pequena incisão na borda lateral do pavilhão auditivo. Em seguida, profissional adotou procedimentos com a técnica da colagem, entretanto rompeu nos dias seguintes. Realização de suturas até o completo fechamento que, no entanto, restaram cicatriz e defeito estético. O profissional não responde, pois, adotou todos os procedimentos técnicos disponíveis e o movimento do animal foi brusco e inesperado, impossibilitando de agir diferente e causando de forma fatal o corte na orelha. Os procedimentos seguintes de recuperação foram considerados aceitáveis e recomendáveis apesar do resultado não esperado, causado por fatores alheio à vontade profissional e imputável ao próprio animal, tais como o temperamento e a incapacidade peculiar de cicatrização. Denúncia julgada improcedente.

*Processo Ético CRMV-PR nº 6353/2003.
Acórdão nº 004/2005. Julg.: 18.03.2005. Votação: unânime.*

Ementa: Médico Veterinário. Erro profissional. Cão de sete anos com diagnóstico de piometra realizado pelo médico veterinário

e com indicação imediata de cirurgia. Terapia medicamentosa, mas sem indicação de bula para cães, receitado pelo profissional até a decisão do proprietário. Morte do animal. Profissional que diagnóstica piometra e indica cirurgia de imediato, porém, remete a decisão ao proprietário do animal que não o faz. Possibilidade do uso de medicamento bovino em cães, desde que adotada a técnica correta. Denúncia julgada improcedente.

*Processo Ético CRMV-PR nº 7745/2003.
Acórdão nº 007/2006. Julg.: 29.06.2006. Votação: unânime.*

Ementa: Médico Veterinário. Irregularidades constatadas na colheita de amostras e preenchimento de requisição para exame de Anemia Infecciosa Equina. Fracionamento de amostra de soro positivo para atribuí-las a animais diversos. Gravidade da conduta. Ocorrência de atenuantes. Denúncia julgada procedente. Violação dos artigos 13, II, III, V, VII, XII e XXIII e artigo 14, I, II e VIII do Código de Ética. Penalidade: Leve – Censura Confidencial.

*Processo Ético CRMV-PR nº 8040/2003 e 8041/2003.
Acórdão nº 014/2006. Julg.: 15.12.2006. Votação: unânime.*

Ementa: Médico Veterinário. Realização de vacinação sem autorização do proprietário. Vacinação no estabelecimento de outro profissional, sem autorização deste. Negligência. Denúncia julgada procedente. Violação dos artigos 13, XIX e 14, VIII. Pena: Leve – Censura confidencial.

*Processo Ético CRMV-PR nº 8468/2003.
Acórdão nº 001/2005. Julg.: 10.02.2005. Votação: Maioria dos votos.*

Ementa: Médico Veterinário. Atendimento clínico e vacinação em loja e em domicílio. Provada vacinação por carteiras com inscrição do nome do proprietário do estabelecimento comercial. Denúncia parcialmente procedente. O profissional que permite atestar vacinação de animais sem que tenha acompanhamento médico veterinário viola o artigo 33, incisos VII, XII e XV e artigo 14, inciso II da Resolução 722/02. Penalidade: Leve – Censura Confidencial.

*Processo Ético CRMV-PR nº 1935/2004.
Acórdão nº 002/2005. Julg.: 10.02.2005. Votação: Unânime.*

Ementa: Médico Veterinário. Hospedagem de animais de companhia. Período doze dias. Término da hospedagem animais apresentavam sinais de desnutrição, anemia e desidratação. Exames laboratoriais revelaram anemia grave com uremia indicativa de insuficiência renal, nefropatia associada à anemia não responsiva. Morte. Negligência. Denúncia julgada procedente. Violação ao art. 13, inciso I do Código de Ética do Profissional Médico Veterinário. Pena: Levíssima – Advertência confidencial.

*Processo Ético CRMV-PR nº 4316/2004.
Acórdão nº 013/2006. Julg.: 14.12.2006. Votação: unânime.*

Ementa: Médico Veterinário. Banho e tosa. Fuga de animal durante o transporte para o estabelecimento médico veterinário. Alegação de omissão de assistência no caso pelo profissional. Localização do animal após 24 horas. Transporte de animais. Atividade intrinsecamente não ligada à Medicina Veterinária, mesmo que praticada por médico veterinário. Ausência de tipicidade no Código de Ética. Denúncia não relacionada ao exercício da profissão. Denúncia julgada improcedente.

*Processo Ético CRMV-PR nº 6276/2004.
Acórdão nº 006/2006. Julg.: 18.05.2006. Votação: unânime.*

Ementa: Médico Veterinário. Procedimento cirúrgico. Cobrança dentro dos valores de referência da ANCLIVEPA. Adoção dos procedimentos adequados à condição clínica do paciente e constantes na literatura técnica. Registro fotográfico do procedimento sem autorização do proprietário. Não utilização pública das fotos sem autorização. Inocorrência de ilegalidade na produção das fotos. Inocorrência de falta ético-profissional. Denúncia julgada improcedente.

*Processo Ético CRMV-PR nº 9048/2004.
Acórdão nº 003/2006. Julg.: 24.04.2006. Votação: Maioria dos votos.*

Ementa: Médico Veterinário. Animal atropelado. Atendimento clínico. Óbito quatro dias após o acidente. Questionamento das medidas adotadas pelo profissional. Negligência profissional. Anamnese adequada para o caso. Ausência de informação ao profissional sobre o agravamento do quadro do paciente. Ausência de negligência do profissional. Prescrição do tratamento que considerava adequado face ao quadro clínico do animal. Inocorrência de falta ética. Denúncia julgada improcedente.

*Processo Ético CRMV-PR nº 9830/2004.
Acórdão 012/2006. Julg.: 06.10.2006. Votação: unânime.*

Ementa: Médico Veterinário. Estabelecimento Médico Veterinário. Descumprimento da Resolução CFMV 670/2000. Estabelecimento sem registro e posteriormente registrado como Consultório. Realização de cirurgias. Regularização extemporânea. Críticas a trabalho de colegas. Ausência de prova. Denúncia julgada parcialmente procedente. Violação dos artigos 6º, XI; 14, V; e 24, I do Código de Ética e art. 1º, 'b' e 3º da Resolução CFMV 670/2000. Pena: Levíssima – Advertência confidencial.

*Processo Ético CRMV-PR nº 0559/2005.
Acórdão 015/2006. Julg.: 15.12.2006. Votação: unânime.*

Ementa: Médico Veterinário. Atestado de óbito. Inclusão de todos os parâmetros necessários para a interpretação do Atestado. Tratamento adequado ao animal até o óbito. Inocorrência de falta ética. Denúncia julgada improcedente.

*Processo Ético CRMV-PR nº 1186/2005.
Acórdão nº 005/2005. Julg.: 18.11.2005. Votação: Unânime.*

Ementa: Médico Veterinário. Negligência. Morte de cão causado por ataque de outro animal dentro de estabelecimento veterinário. Denúncia julgada procedente. Violação do art. 14 inciso I do Código de Ética do Médico Veterinário. Pena: Levíssima – Advertência confidencial.

*Processo Ético CRMV-PR nº 2450/2005.
Acórdão nº 005/2007. Julg.: 16.03.2007. Votação: unânime.*

Ementa: Médico Veterinário. Banho e tosa. Queda de animal durante a prestação do serviço causado por funcionário da Clínica Veterinária. Cirurgia realizada para correção, sem custos, mas sem o consentimento do proprietário. Negativa de fornecimento do prontuário do animal. Ausência de má-fé. Uso de técnica adequada para a correção. Denúncia julgada procedente. Violação do artigo 13, XI e 14, VI do Código de Ética Profissional. Pena: Leve – Censura Confidencial.

*Processo Ético CRMV-PR nº 270420/2005.
Acórdão 002/2006. Julg.: 20.04.2006. Votação: unânime.*

Ementa: Médico Veterinário. Animal com hematuria. Tratamento clínico. Óbito do animal durante a internação. Questionamento dos procedimentos adotados. Negativa de permanência do proprietário junto ao animal durante o internamento. Quadro clínico que recomenda repouso do animal. Adoção de procedimentos adequados pelo profissional face ao quadro clínico do animal. Denúncia julgada improcedente.

*Processo Ético CRMV-PR nº 3216/2005.
Acórdão nº 009/2006. Julg.: 21.07.2006. Votação: unânime.*

Ementa: Médico Veterinário. Atropelamento de animal sem dono. Custos de internação. Inconformismo da denunciante. Desavença pessoal entre a denunciante e terceiro relacionado ao denunciado. Ausência de infração ética cometida pelo profissional. Denúncia julgada improcedente.

*Processo Ético CRMV-PR nº 5924/2005.
Acórdão nº 005/2006. Julg.: 18.05.2006. Votação: unânime.*

Ementa: Médico Veterinário. Aplicação de vacinas de forma irregular. Prazo de validade vencido. Aplicação em espécie diversa da indicada pelo fabricante. Negligência do profissional. Atribuição do equívoco a terceiro. Não ocorrência de dolo. Denúncia julgada procedente. Violação do artigo 14, I e III do Código de Ética. Pena: Leve - Censura Confidencial. ●

CRMV-PR institui Plano de Cargos e Salários

Foi homologado pela Delegacia Regional do Trabalho do Paraná (DRT-PR) o Plano de Cargos e Salários (PCS) dos funcionários do CRMV-PR. O plano, instituído pela Portaria CRMV-PR 15/2007, foi desenvolvido para definir critérios de movimentação e administração dos cargos e salários dentro da Autarquia. O despacho assinado pelo delegado da DRT-PR, Geraldo Serathiuk, foi publicado no Diário Oficial da União dia 18 de abril.

O PCS tem como objetivo geral atrair e motivar o pessoal necessário ao preenchimento do quadro de colaboradores, através de uma estrutura definida e objetiva de administração de salários. Contém informações sobre os aspectos relativos à contratação (requisitos mínimos de cada cargo), à manutenção (avaliações anuais dos funcionários por desempenho e por tempo de serviço, alternadamente) e ao plano de desenvolvimento profissional (avaliação por desempenho/desenvolvimento profissional aplicado).

Fauna Sinantrópica: Convivência e Consciência

A relação homem-animal foi estabelecida nos primórdios da humanidade. De lá para cá muita coisa mudou, é claro. Matas foram devastadas, espécies foram extintas, o clima passou por alterações, alguns animais se adaptaram e sobreviveram. Outros não. Hoje temos uma realidade bastante diferente daquela época também explicada pela perpetuação diferencial de genótipos proposta por Charles Darwin, em “A Origem as Espécies” (1859). A relação com algumas espécies estreitou-se. No entanto, com toda esta mudança no ecossistema algumas espécies passaram a oferecer riscos à saúde humana. E o homem tem sua parcela de culpa neste processo.

A disponibilidade de alimento, abrigo e água nos centros urbanos fez com que algumas espécies optassem pelas cidades e passassem a coabitar com os homens. Às vezes, inclusive, colocando a saúde pública em xeque. Definidos como fauna sinantrópica - aqueles que se adaptaram a viver junto ao ser humano, mesmo contra a sua vontade - ratos, pombos, aranhas, baratas, escorpiões, abelhas, mosquitos, formigas, morcegos, entre outros, diferem-se dos animais domésticos, os quais são utilizados pelo homem para companhia, produção de alimentos ou transporte.

Dentre os sinantrópicos, ainda há uma segmentação: os nocivos e os não nocivos. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) definiu, na Instrução Normativa 141, de 19 de dezembro de 2006, a diferença entre fauna exótica invasora, fauna sinantrópica, fauna sinantrópica nociva e manejo ambiental para controle da fauna sinantrópica nociva. De acordo com a norma, a fauna exótica invasora é formada por animais introduzidos a um ecossistema do qual não fazem parte originalmente, mas onde se adaptam e passam a exercer dominância, prejudicando processos naturais e espécies nativas, além de causar prejuízos de ordem econômica e social. A fauna sinantrópica, por sua vez, é composta por populações de espécies silvestres nativas ou exóticas, que utilizam recursos de áreas antrópicas, de forma transitória em seu deslocamento, como via de passagem ou local de descanso; ou permanente, utilizando-as como área de vida. Já a fauna sinantrópica nociva interage de forma negativa com a população humana, causando-lhe transtornos significativos de ordem econômica ou ambiental, ou que represente riscos à saúde pública. Segundo o Ibama, o manejo ambiental para controle da fauna sinantrópica nociva prevê eliminação ou alteração de recursos utilizados pela fauna sinantrópica, com intenção de alterar sua estrutura e composição, e que não inclua manuseio, remoção ou eliminação direta dos espécimes.

Na opinião da bióloga Marta Fischer, doutora em Zoologia e docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), “a melhor forma de controle populacional de qualquer espécie é a conscientização das pessoas. É preciso exercer a cidadania em sua plenitude e aprender a conviver harmonicamente com algumas espécies”.

Marta é uma estudiosa da aranha-marrom em virtude do Paraná ser o Estado que registra o maior número de acidentes no Brasil. Apenas em 2006 foram registrados mais de 4,6 mil casos. E ela acredita que número deva ser ainda maior. “Muitas pessoas são picadas mais de uma vez pela aranha-marrom e como elas já sabem quais são os cuidados que devem tomar acabam nem comunicando

as autoridades de saúde”, diz a pesquisadora. A aranha-marrom foi o tema de sua dissertação de mestrado e da tese de doutorado. Em suas pesquisas ela descobriu que são encontradas no Paraná duas espécies: a *Loxocelés laeta* e a *Loxocelés intermedia*. “A *L. laeta*, oriunda da Argentina, é a mais agressiva. É bastante específica, não se reproduz com qualquer condição. Já a *L. intermedia*, nativa do Sul e do Sudeste do Brasil, é generalista. Reproduz-se com facilidade e tem uma fácil adaptação ao meio. A proporção das espécies na população é de 10% para a *L. laeta* e 90% para a *L. intermedia*”, informa.

A professora está participando de um projeto piloto, em parceria com o Centro de Produção e Pesquisa de Imunobiológicos (CPPI), da Secretaria de Estado da Saúde; com Universidade Federal do Paraná (UFPR), com a Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) e com a PUCPR. Para o projeto foram montadas duas casas geminadas em Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba, com características típicas de uma residência comum. No local, os pesquisadores distribuíram cerca de cem aranhas-marrom nos cômodos para acompanhar seus hábitos diariamente, inclusive, por câmeras, as quais foram espalhadas estrategicamente pelo imóvel. Entre algumas das descobertas: estão a comunicação acústica (durante a reprodução sexual) e a comunicação química (reconhecimento pelo cheiro).

Outra descoberta é que as aranhas dessa espécie são resistentes a inseticidas nas doses recomendadas. Atualmente, os inseticidas usados para o combate à aranha-marrom também podem oferecer riscos à saúde humana em virtude dos fortes agentes químicos. A professora adianta que no projeto está sendo desenvolvida uma forma alternativa de controle populacional para a espécie, que será patenteada pelos pesquisadores. O acompanhamento das aranhas na casa deve permanecer até agosto e o trabalho será publicado até o final do ano.

“Cada espécie precisa de uma política diferenciada”, explica a médica veterinária chefe do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) de Curitiba, Regina Akemi Utime. “O controle da fauna sinantrópica envolve não apenas os CCZs, mas sim outros segmentos, tais como: ONGs, educação, meio ambiente, comunicação social, saúde, urbanismo e também segurança pública”, ressalta Regina. Na opinião dela, diversos setores agindo em conjunto têm maiores chances de obterem êxito na conscientização da popu-



Omar Hernández

lação. Corroborando com o pensamento da bióloga Marta Fischer, Regina fala sobre o problema enfrentado nos grandes centros. “Por exemplo, os pombos são um grande problema da saúde pública, porque várias pessoas ainda continuam alimentando-os, como por exemplo os pipoqueiros, os freqüentadores de parques e praças, favorecendo o desequilíbrio da população quando aliado a outros fatores, os quais são facilmente encontrados no meio urbano, como: água e abrigo”, salienta Regina.

No Brasil, os pombos chegaram durante o século XVI trazidos por imigrantes europeus. Sua adaptação ao meio urbano deve-se ao fato de que os pombos são aves oportunistas, ou seja, permanecem onde há abrigo, nichos para construção de ninhos e, principalmente, fartura de alimento. Conhecido como “símbolo da paz” e de “rato de asas”, os pombos vêm ocasionando diversos problemas em cidades de todo o mundo. No Paraná, em especial, um caso bastante recente aconteceu no litoral do Estado: nos Portos de Paranaguá e Antonina. Devido à grande população nos locais ocasionada principalmente pela oferta de alimentos durante o armazenamento e/ou transporte, optou-se pelo abate das aves. Na opinião da Comissão de Zoonoses e Bem-estar Animal, do CRMV-PR, a captura e a eliminação dos pombos não são estratégias recomendadas para controle efetivo da população. “Caso a captura e eliminação dos pombos representasse uma eficaz estratégia de controle de população dos mesmos, sem o acompanhamento e manejo ambiental adequado, isso acarretaria num provável aumento da população de outras espécies com hábitos alimentares similares. Como, por exemplo, roedores e outras aves domésticas e silvestres, podendo causar danos iguais ou maiores”, salienta o presidente da Comissão, Paulo Guerra. Pesquisas realizadas pelo professor Ronald Ranvaud, acrescenta Paulo, da Universidade de São Paulo (USP), demonstraram que a captura e a eliminação não é eficaz no controle da população de pombos.

“Não existem medidas de curto prazo para o controle da população de pombos. É importante que se avalie a situação considerada problema, verificando principalmente os motivos pelos quais aquela colônia encontra-se no local, para então elaborar estudos sobre a forma de controle que deve ser utilizada para o manejo mais adequado para cada caso”, diz Guerra.

Algumas das opções de manejo e controle que podem ser colocadas em prática, arrola o presidente da Comissão, são: manter pátios, ruas e quintais limpos livres de resíduos de alimentos - principalmente grãos de cereais e pedaços de pão - acondicionar restos alimentares em locais bem fechados, retirar ninhos e ovos, substituindo estes últimos por falsos; colocar repelentes nas edificações, implantar barreiras físicas ao acesso das aves, eliminar ou inverter beirais da fachada. “Medidas que afetem a oferta de alimento, abrigo, acesso e água farão com que os animais fiquem desalojados e migrem para outros lugares”, reafirma Paulo.

Por não ter um agradável aspecto estético, o morcego não tem uma relação tão emotiva com as pessoas como o pombo. “Apesar de ele ser um animal com importância biológica maior que o pombo uma vez que também é responsável pelo controle de mosquitos, polinização de flores e a dispersão de sementes”, cita o biólogo Juliano Ribeiro, do Departamento de Zoonoses e Fauna Sinantrópica, do CCZ de Curitiba. “Com o morcego também temos vários problemas. O principal deles é relacionado ao alojamento de colônias, pois muitas edificações oferecem condições adequadas”. A principal preocupação das autoridades quanto ao

morcego é em relação à transmissão do vírus da raiva. Mesmo estando erradicada nos humanos no Paraná, a doença pode ser fatal.

Apesar de parte das espécies que coabitam com o ser humano nas cidades ser formada por morcegos frugívoros, insetívoros e fitófagos, também há riscos da transmissão de raiva por estas espécies, porque em disputas os hematófagos podem contagiá-los com o vírus da raiva. O maior perigo ocorre quando o bicho entra nas casas e os moradores tentam pegá-los com as mãos. Em situações de ameaça, o morcego pode reagir mordendo, transmitindo a doença. Além da raiva, eles também podem transmitir encefalite letárgica, estomatite vesicular e histoplasmose, entre outras.

Como a Lei de Proteção Ambiental proíbe a captura e o extermínio de morcegos, a alternativa é desalojá-los. Os abrigos mais utilizados são casas (forros, sótãos e porões, frestas nas paredes e marquises), construções abandonadas, torres e forros de igrejas, túneis e bueiros, pontes, cisternas ou poços, copas e folhagens, juntas de dilatação em prédios, ocos de árvores, fossos de elevadores e estábulos.

Há quem diga que o mundo é dos ratos. Conforme estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), existem no mundo cerca de três ratos por habitante. “Segundo estudos da Prefeitura de São Paulo, existem na capital paulista de oito a 11 ratos por habitante”, diz Simone do Rocio Ferreira, responsável pelo Controle de Roedores em Curitiba, acrescentado que ainda não há uma pesquisa estatística formatada para o município. “Como forma de controle e manejo dos roedores, realizamos a aplicação de produtos químicos para eliminação de roedores (na formulação de bloco parafinado ou pó de contato) com base no monitoramento mensal em praças, terminais de ônibus e áreas críticas prioritizadas. Entretanto, os melhores resultados que conseguimos foram pelos multiplicadores de informações”, ressalta. Os multiplicadores de informações são agentes de saúde, com função pública, que atuam nas comunidades onde residem. “Como eles têm um laço com os moradores, tornam-se articuladores entre a prefeitura e a comunidade. Assim, o trabalho de educação e conscientização é facilitado e tem mais chances de dar certo”, conta Simone.

“Por tudo isso acreditamos que a melhor forma de controle populacional de animais sinantrópicos nocivos é a educação e a conscientização da população, através da educação formal e de campanhas educativas”, finalizam Regina Utime e Juliano Ribeiro. ●

Gabriela Sguarizi

Fontes consultadas:

Juliano Ribeiro

Marta Fischer

Paulo Guerra

Regina Utime

Simone do Rocio Ferreira



Vaughan Willis



Prontuário Médico

Méd. Vet. Carlos Leandro Henemann,
secretário-geral do CRMV-PR
Méd. Vet. Fernanda Zeni Michalski,
assessora técnica do CRMV-PR

Dentro da rotina dos médicos veterinários que trabalham com clínica médica o prontuário está entre os documentos mais importantes, pois contém o histórico clínico do paciente. Este documento é único, individual, no qual as informações nele contidas, geradas a partir de fatos relacionados à saúde do paciente, permitem a continuidade da assistência prestada ao mesmo, além de facilitar a comunicação dos profissionais que o atendem.

O prontuário pode ser confeccionado em papel ou eletronicamente e deve conter os dados essenciais para identificação do paciente como nome, espécie, raça, porte, sexo, idade real ou presumida, pelagem, além da identificação completa do proprietário com números de documentos de identificação, pois os mesmos serão imprescindíveis para as autorizações de procedimentos anestésicos, cirúrgicos ou internamentos.

Posteriormente, a cada retorno ou procedimento realizado no paciente, registram-se os dados referentes à anamnese, exame físico, exames complementares e seus respectivos resultados, hipóteses diagnósticas, diagnóstico definitivo e tratamento realizado. Informações relativas à evolução clínica diária do paciente discriminando todos os procedimentos ao qual o mesmo foi submetido, especificando a data e hora. É importante também a identificação do profissional que atendeu o animal, quando se tratar de equipe multiprofissional. Outra questão importante é o registro das medicações, doses, intervalos de administração com via e local onde foi aplicado o fármaco.

Cabe ressaltar também que o prontuário médico tem caráter legal e deve ser preservado sigilosamente – facilitar o manuseio e conhecimento a terceiros sem autorização expressa do cliente constitui falta ética.

A sugestão de tempo para o clínico médico veterinário manter o pron-

tuário é de ao menos 5 anos, pois estaria em consonância com o prazo de prescrição de possíveis questionamentos técnicos e/ou éticos por parte do proprietário/responsável pelo animal, conforme o disposto no Código de Defesa do Consumidor (artigo 27 da Lei Federal 8078/1990) e artigo 1º da Lei Federal 6838/1980 (lei que dispõe sobre o prazo de prescrição para a punição de profissional por falta sujeita à penalidade disciplinar). Vale lembrar que esse tempo de manutenção do prontuário deverá ser analisado, discutido e regulamentado pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária.

A título de curiosidade, na medicina humana, os médicos são obrigados a manter os prontuários por 20 anos, conforme regulamentação do Conselho Federal de Medicina.

O prontuário é na maioria das vezes a única forma de comprovar a conduta clínica do médico veterinário, pois estamos falando de procedimentos que podem ter ocorrido há meses e até anos e nestes casos podemos esquecer diversos detalhes.

A não elaboração do prontuário, assim como a recusa do fornecimento do mesmo ao cliente, quando solicitado, bem como deixar de dar explicações necessárias à sua compreensão também constituem falta ética, conforme o disposto na Resolução CFMV 722, de 16/08/2002 – Código de Ética do Médico Veterinário.

“Art. 13. É vedado ao médico veterinário:

IX - deixar de elaborar prontuário e relatório médico veterinário para casos individuais e de rebanho, respectivamente;

...

XI - deixar de fornecer ao cliente, quando solicitado, laudo médico veterinário, relatório, prontuário, atestado, certificado, bem como deixar de dar explicações necessárias à sua compreensão;

...

Art. 16. Tomando por objetivo a preservação do sigilo profissional o médico veterinário não poderá:

IV- facilitar o manuseio e conhecimento dos prontuários, relatórios e demais documentos sujeitos ao segredo profissional.” ●



Andrew Cahill

Da teoria para a prática

Fortalecer a articulação da teoria e da prática é uma das diretrizes curriculares para os cursos de graduação estabelecida pelo Ministério da Educação. O estágio é uma atividade que deve propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem a fim de se constituir em instrumento de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano. Isto é o que estabelece o Decreto 87.497/82, legislação que regulamenta o estágio.

“O estágio pode ser obrigatório e não obrigatório, porém ambos são curriculares. Podem fazer o estágio estudantes do ensino médio, técnico e superior, matriculados e com frequência regular numa instituição de ensino”, explica o coordenador de estágio do Instituto Euvaldo Lodi do Paraná (IEL-PR), Pedro Andriolli. O IEL é entidade civil, sem fins lucrativos, vinculada à Confederação Nacional da Indústria (CNI) e que foi criada em 1969 para promover uma interação entre indústrias e universidades. O IEL-PR é ligado à Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep).

O coordenador do curso de Zootecnia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), João Ricardo Dittrich, explica que “no caso do não obrigatório, o estudante pode estagiar durante o curso, dentro da própria universidade ou fora, em instituições privadas paralelamente ao curso. Já o estágio obrigatório é uma disciplina, com 450 horas [na UFPR], na qual o acadêmico cursa após a integralização do currículo. Ou seja, todas as disciplinas do curso de Zootecnia, da Federal, são pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina que se chama: Estágio Obrigatório. Da mesma forma, pode ser feito dentro ou fora da universidade”. O curso de Zootecnia da UFPR, apesar de ser novo, é reconhecido pelo MEC e no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), em 2004, obteve a melhor nota individual da região Sul e está entre os três melhores do País.

Segundo as diretrizes curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), as instituições de ensino superior têm autonomia para definir o projeto pedagógico e as normativas próprias que regulamentam o estágio curricular obrigatório.

“O estágio serve para oferecer ao acadêmico a maturidade. Com ele, o estudante sente-se mais seguro e confiante, tanto profissionalmente quanto psicologicamente”, frisa o coordenador de Medicina Veterinária da UFPR, Paulo Piekarski. Atualmente, a UFPR oferece para os graduandos em Medicina Veterinária e Zootecnia convênios com mais de 170 empresas para realizar o estágio curricular. Para Dittrich, “o estagiário não estagia somente para aprender, essa é uma visão errada. Ele leva também o conhecimento que adquiriu no convívio acadêmico ao ambiente do estágio”.

Entretanto, de acordo com informações do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), a maioria dos estudantes que busca o estágio não tem uma definição clara sobre o que é e qual é a importância do estágio no processo de construção de sua carreira. “Cremos que quanto mais esclarecidos estiverem os estudantes, as empresas e as instituições de ensino sobre o que é o estágio e sua importância, melhor será o resultado final do estágio”, diz Antônio Basílio Budal da Costa, gerente da Divisão Operações de Estágio da Capital, do CIEE-PR.

Segundo estabelece a legislação em vigor, para a caracterização do estágio curricular é necessária a existência de instrumento jurídico, entre a instituição de ensino e a pessoa jurídica de direito público ou privado, periodicamente reexaminado, no qual estarão acordadas todas as condições de realização daquele estágio, inclusive, transferência de recursos à instituição de ensino, quando for o caso. O termo de compromisso assinado entre as partes envolvidas (estudante, instituição de ensino e unidade concedente do estágio) objetiva formalizar as condições básicas para a realização do estágio, bem como tem a finalidade de particularizar a relação jurídica especial, caracterizando a não vinculação empregatícia.

Quando o estagiário simplesmente é contratado para substituir empregados, desvirtua-se a finalidade da Lei 6.494/77. “A finalidade do contrato de estágio é proporcionar a complementação do ensino e da aprendizagem do estudante, por meio de sua participação em situações reais e de trabalho, necessárias a sua inserção no meio profissional, social e cultural”, afirma Fernanda Ehalt, procuradora jurídica da Fiep. Ela explica que não pode ser considerado estágio o labor prestado em ati-

dades desligadas da formação teórica do aluno. “O estágio visa a formação prática do estudante e não a exploração de sua mão-de-obra. A inobservância das regras legais estabelecidas para o contrato de estágio impõe sua desconsideração e, por conseguinte, o reconhecimento de contrato de emprego”, ressalta a procuradora.

Ações envolvendo estagiários também já foram objetos de processos éticos no CRMV-PR. Clínicas e consultórios que mantêm estagiários na atividade de plantonistas, por exemplo. “O médico veterinário RT da empresa pode responder a um processo ético e o estagiário pode ser processado por exercício ilegal da profissão, conforme o artigo 47 da Lei de Contravenções Penais. O estagiário não tem capacidade e nem habilidade técnica para desenvolver tal tipo de atividade”, informa o procurador do CRMV-PR, Leonardo Zagonel Serafini.

Um exemplo em que o vínculo de emprego foi confirmado é o caso de uma ação movida por um estudante de Marketing contra a Telemar Norte Leste S/A, julgada no último mês de março pelo Tribunal Superior do Trabalho. Designado para trabalhar num call center, o estagiário alegou que trabalhava todos os dias da semana, inclusive sábado, domingos e feriados, operando terminais telefônicos. Segundo informações do estudante, a empresa não proporcionou as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural compatíveis com o contrato de estágio. O relator do processo, ministro Renato de Lacerda Paiva, concluiu que o empregado, apesar de contratado como estagiário, desenvolvia atividades estranhas à formação profissional, ou seja, não relacionadas com seu curso universitário. A sentença do TST reconheceu o vínculo e deferiu o pagamento de férias, 13º salário, aviso prévio, FGTS, INSS, seguro-desemprego e vale-refeição. “Ações desta natureza são comuns”, finaliza Serafini. ●

Gabriela Sguarizi

Fontes consultadas:
 Antônio Basílio Budal da Costa
 Fernanda Ehalt
 João Ricardo Dittrich
 Leonardo Zagonel Serafini
 Paulo Roberto Piekarski
 Pedro Andriolli

Sociedades

de Médicos Veterinários e Zootecnistas

Gábor Bejő



Por **Anna Christina Gonçalves de Poli**,
(adepoli@gmail.com), advogada em Curitiba.
Leonardo Zagonel Serafini,
procurador jurídico do CRMV/PR.
Carlos Douglas Reinhardt Jr.,
procurador jurídico do CRMV/PR (advogados@crm-pr.org.br)

De uma forma geral, além de atuar como empregados de entidades públicas ou privadas e de exercer cargos públicos em entidades públicas, os médicos veterinários e os zootecnistas podem atuar isoladamente ou em sociedade como profissionais liberais, para a prestação de serviços ligados à cada uma dessas profissões. O presente artigo tem por finalidade apresentar algumas questões jurídicas sobre as formas de atuação desses profissionais, especialmente através de sociedades profissionais (empresariais ou não) e como empresários individuais.

A atuação de profissionais em conjunto é hoje uma realidade, tanto pela facilidade de administração dos negócios, quanto pela redução dos impostos incidentes (aproximadamente 16,5% para pessoa jurídica e 37% para pessoa física). Isso, entretanto, traz novas preocupações que não se restringem somente a questões internas de relacionamento entre os membros da sociedade, como também com questões externas, como a constituição da própria sociedade, que ocorre mediante a elaboração de um contrato social e o seu registro no órgão competente (Junta Comercial ou Cartório de Registro).

A questão societária, que pode ser novidade para o médico veterinário/zootecnista (e que acaba incidindo de forma tão importante na sua vida profissional), é tão complexa que acaba sendo mesmo subestimada. Tratado como mera formalidade (afinal é só um contrato, não é?), o instrumento de constituição da sociedade é de suma importância, pois possui o condão, se bem elaborado, de servir para conduzir inclusive as questões internas da sociedade que desponta. Assim, é importante delinear o passo-a-passo da constituição de uma sociedade de profissionais liberais (médicos veterinários e zootecnistas).

Existem duas modalidades de sociedades que os futuros sócios podem se utilizar: a sociedade simples e a sociedade empresária. A sociedade simples é nova em nosso ordenamento jurídico e veio para substituir a sociedade civil, que foi extinta com a entrada em vigor do Código Civil de 2002. A Sociedade Civil e a Sociedade Simples não são iguais, a mudança na lei não se deu somente para modificar o nome do tipo societário e sim para introduzir um tipo societário diferente. Enfim, tudo isso para explicar que, aquelas sociedades que já estavam constituídas sob a forma de Sociedade Civil, por força da lei foram transformadas em um novo tipo de sociedade, a Sociedade Simples. Tais sociedades chamadas simples pelo legislador, são aquelas consideradas como não empresárias, aquelas que se dedicam a atividades intelectuais, de natureza científica, literária ou artística. A princípio, se a sociedade de médicos veterinários irá se dedicar exclusivamente a consultas (sem agregar comércio de qualquer tipo), esta sociedade será de natureza intelectual. Entretanto, se os sócios entenderem por bem criar uma sociedade que irá além das consultas (prestação de serviço intelectual), possuindo também outros serviços ligados à área, esta sociedade tem natureza empresária (tal como internamentos, comercialização de produtos para animais, exames, etc...).

Assim, uma clínica veterinária que tem por objeto não só atendimento (consultas), mas a realização de exames, por exemplo, poderá ser constituída sob a forma de sociedade empresária. Dessas, a mais conhecida e utilizada é a sociedade limitada que também foi severamente modificada pelo novo Código Civil, mas, ao contrário das sociedades simples, tal modificação trouxe mais segurança na sua utilização quando a aproximou ainda mais das sociedades anônimas (outra espécie de sociedade empresária, mais complexa).

Tanto para constituir uma sociedade limitada ou uma sociedade simples é necessário elaborar um contrato social (obedecendo ao tipo societário escolhido) e para isso é necessária a orientação de um advogado, que o profissional apto para confeccionar o contrato social de uma empresa, especificando de forma

legal todos os aspectos societários envolvidos, bem como pela exigência de visto desse profissional (salvo no caso de determinadas sociedades/empresas, as denominadas microempresas e de pequeno porte, nas quais não há essa exigência). Depois do contrato social pronto, este deverá ser submetido ao registro. O registro é o ato que confere personalidade jurídica à sociedade, dando-lhe existência jurídica. Se sociedade for da modalidade 'simples' o registro deverá ser feito nos Cartórios de Títulos e Documentos. Se sociedade for da modalidade 'empresária', o registro deve ser feito na Junta Comercial do Estado onde será sediada a sociedade. O registro na Receita Federal será feito em seguida e no momento seguinte o contrato social deverá ser levado ao registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária, com a indicação do responsável técnico do estabelecimento, para homologação da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART. No caso de sociedade simples, entretanto, o contrato social, antes de levado ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos, deverá ser vistado pelo CRMV-PR, sendo esse visto exigido pelos Cartórios como requisito prévio para o registro.

Além das sociedades, não nos esqueçamos daqueles profissionais que optam pela condução solitária de sua atividade. Assim como os demais profissionais liberais, na qualidade de profissional autônomo, o médico veterinário e o zootecnista autônomos deverão portar alvará de autônomo, que é obtido na Prefeitura do Município onde presta os serviços. A tributação neste caso terá o mesmo percentual de incidência que a pessoa física.

Por Carlos Douglas Reinhardt Jr.
assessor jurídico CRMV-PR

A atividade desenvolvida por frigorífico, porque não utiliza procedimentos químicos, não obriga à contratação de profissional técnico inscrito no Conselho Regional de Química, porquanto esta exigência é baseada em regulamento interno do órgão impetrado, não havendo respaldo em lei formal.

(AC n. ° 200270000649970/PR; Apelação Cível – Relator Desembargador Edgard Antônio Lippmann Júnior/ Primeira Turma do TRF4, Data do julgamento 14/03/2006, DJU 05/04/2006, p. 650)

Uma excelente decisão do Tribunal Regional Federal da Quarta Região corrobora o entendimento de que as empresas que atuam na área de frigorífico não devem possuir registro junto ao Conselho Regional de Química, tampouco contratar profissional químico como responsável técnico pela empresa. Isso significa dizer que a empresa de frigorífico, que lida com matéria-prima de origem animal no comércio, fabricação, armazenamento e processamento de seus produtos, não deve possuir responsável técnico químico nos quadros empresariais, já que sua atividade básica não é peculiar à área da Química e sim da Medicina Veterinária.

É incontestável que o Tribunal Regional Federal da Quarta Região adequadamente observa que uma empresa, cuja atividade desenvolvida é a comercialização, fabricação, armazenamento e processamentos de produtos de origem ani-

Já aqueles que, de forma solitária, além do trabalho intelectual, também fornecerão serviços (vacinação, tosas, banho, etc) e bens, exercendo, além da profissão liberal, a atividade empresarial, deverão preencher na Junta Comercial do Paraná uma declaração de empresário individual. Isso lhes dará um *status* de empresário individual, o que significa dizer que será ele tido como empresário perante a Receita Federal (CNPJ, COFINS, CSL, etc) e perante a prefeitura (ISS) de sua cidade. O registro do empresário individual é realizado na Junta Comercial, local onde o interessado preencherá a declaração de empresário individual (mais informações podem ser obtidas no site da Jucepar na internet – www.jucepar.pr.gov.br).

É importante sempre, qualquer que seja a opção do profissional, ter a assistência de um advogado e de um contador, pois, como diz a máxima, “cada caso é um caso”. E uma análise feita por um profissional devidamente habilitado pode poupar muita complicação no futuro, bem como indicar opção forma mais adequada de recolhimento dos tributos oriundos pela atividade, que varia conforme a forma de desenvolvimento da atividade profissional (sociedade ou não).

Na próxima edição da Revista do CRMV/PR trataremos mais informações sobre o tema, especialmente sobre o nome da sociedade empresária e as responsabilidades dos sócios (e do empresário individual) pelas obrigações assumidas pela empresa (societária ou individual).●

Jurisprudência Comentada

mal, não se enquadra entre aquelas que obtêm produtos por meio de reação química ou utilização dos produtos químicos. Para o Tribunal, uma empresa de frigorífico não exerce atividade básica relacionada à Química, e, por conseguinte, não está obrigada, por força de lei, a conservar em seu quadro de profissionais um químico, ou ainda a registrar-se junto ao Conselho Regional de Química. Isso revela que as empresas da área de frigoríficos devem submeter-se exclusivamente à fiscalização do Conselho Regional de Medicina Veterinária: o que configura a ilegalidade da fiscalização do Conselho Regional de Química nas empresas que atuem na área de frigorífico.

Assim, mesmo que tal empresa utilize produtos químicos, identificada a atividade preponderante da indústria de frigoríficos não se pode exigir um segundo registro, sobretudo porque se soluciona a superposição de atividades em matéria de fiscalização pela preponderância. Observe que a presente decisão do Tribunal Regional Federal da Quarta Região conduz a seguinte conclusão: se o Conselho Regional de Química efetuar fiscalização nestes estabelecimentos de frigoríficos, de modo a exigir registro ou responsável técnico químico, configura-se tal ato de abuso do poder de fiscalização e consequentemente, lesão ao direito da empresa.

É bom aqui ter em mente um postulado basilar do Estado Democrático de Direito: a inafastabilidade da jurisdição. O que isso significa? Significa que o Poder Judiciário, após ser provocado mediante ação judicial, obrigará o Conselho Regional de Química a abster-se de lesar o direito da empresa de frigorífico.●

Hemorragia Pulmonar Induzida por Exercício

EIPH: um problema cada vez mais freqüente em cavalos atletas.

Warren Hrycaun



Janaina S. Biava, pós-graduanda Clínica Veterinária da FMVZ;
Roberto Calderon Gonçalves, docente da FMVZ/Botucatu;
Mariane A. Finger e Zanotto G. M, alunos de Iniciação Científica da UFPR/PR;
Alexander W. Biondo, docente da UFPR/PR.

Definição

A denominação Hemorragia Pulmonar Induzida pelo Exercício (EIPH) tem sido usada para descrever o sangramento de origem pulmonar nas vias aéreas dos cavalos, em particular após exercício físico. A doença afeta cavalos atletas em todos os continentes e possui etiopatogenia não completamente elucidada. A incidência de EIPH é variável, sendo que cavalos de corrida da raça Puro Sangue Inglês a EIPH apresentam entre 75 a 90 % de animais, com diferentes graus de sangramento. O problema tem sido observado esporadicamente em muitos outros esportes equestres e, segundo nossos estudos, a incidência encontrada é: 75% três tambores, 40% seis balizas e 60% hipismo clássico.

Sinais Clínicos

Os sinais clínicos associados com EIPH basicamente são o baixo rendimento atlético e a presença de epistaxe. A epistaxe não deve ser considerada somente um sangramento nasal, e sim, um sinal de hemorragia em alguma área do aparelho respiratório que é drenada para a cavidade nasal. Ela pode ocorrer durante ou logo após o exercício, sendo freqüentemente notada ao final do exercício, particularmente, quando o animal retorna à cocheira e lhe é permitido baixar a cabeça. Ela pode ser bilateral ou não, e se resolve dentro de algumas horas ou pode ainda recidivar. As freqüências cardíaca e respiratória, assim como a temperatura retal, podem estar elevadas logo após o exercício, mas não estão relacionadas à hemorragia pulmonar e sim, ao exercício, já que retornam à normalidade no período de repouso imediato.

Diagnóstico

O histórico, os sinais clínicos, a auscultação, o exame endoscópico, a radiologia e o lavado broncoalveolar (BAL) são as principais ferramentas utilizadas para o diagnóstico. Entretanto, o uso de radiografias em eqüinos tem acesso limitado devido a má resolução dos aparelhos. O exame endoscópico realizado de 30 a 90 minutos após exercício físico auxilia muito o diagnóstico de EIPH devido à visualização de sangue ao longo das vias aéreas, o qual obedece a escala de 1 a 5 descrita por EPPINGER. Porém, o diagnóstico definitivo de EIPH é a presença de hemossiderina nos macrófagos alveolares após a coleta de BAL depois exercício físico, chamados hemossideróforos, que são observados por coloração especial de Azul da Prússia.

Tratamento

Todos os tratamentos são paliativos e são usados para tentar minimizar as seqüelas da inflamação crônica como a fibrose intersticial e o espessamento das vias aéreas.

Na tentativa de minimizar estes efeitos uma associação de medicamentos como: broncodilatadores, antibióticos e corticosteróides tem sido usada. Entretanto, nenhum estudo demonstrou as vantagens clínicas desta associação. O diurético como a furosemida tem sido administrado antes das corridas como medida preventiva de epistaxe de origem pulmonar. No entanto, vários outros tratamentos têm sido propostos, com baixa resposta terapêutica para a EIPH. O descanso é a recomendação óbvia de cavalos com EIPH, mas a hemorragia é recorrente quando o cavalo é exercitado extenuantemente. A duração do descanso e assim como, o programa de treinamento ideal para os eqüinos sangradores é desconhecido. ●

Referências bibliográficas

- BIAVA, J. S.; GONÇALVES, R. C.; ZANOTTO, G. M.; FINGER, M. A.; FERREIRA, F. P. P.; BIONDO, A. W. Hemorragia Pulmonar Induzida por Exercício (EIPH) em cavalos da raça Quarto de Milha de provas de tambor e baliza. Revista da Universidade Rural - Série Ciências da Vida. Seropédica, RJ, EDUR, v 26, suplemento, p 169, 2006.
- EPPINGER, M. Hemorragia pulmonar de esforço e o desempenho de eqüinos PSI {Equus caballus} em corridas de galope no Jockey Club do Paraná. 1990. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Hiperparatireoidismo Nutricional Secundário em Filhotes de Jacaré do Pantanal (*Caiman crocodilus yacare*)

Por Débora Zanell Klostermann, Zootecnista.
Fernanda Isabele Czekovski, Zootecnista.
Verônica Oliveira Vianna,
professora adjunta da UEPG

Introdução

O Hiperparatireoidismo Nutricional Secundário (HNS), comumente observado em répteis em condições de cativeiro, é resultante de diversos fatores, entre eles o desequilíbrio da relação Ca:P da dieta e a deficiência da vitamina D3. Normalmente, a doença está relacionada com animais jovens, entretanto pode também acometer adultos com menor frequência.

Segundo Vianna (1999), em criações de crocodilianos com finalidade comercial e conservacionista são utilizados somente subprodutos de origem animal, como vísceras bovinas in natura, subproduto da avicultura e peixes, em menor escala.

Na literatura há poucas informações básicas sobre requerimentos nutricionais e avaliação nutritiva dos diversos alimentos consumidos pelos crocodilianos (Santos, 1997). Dessa forma, em muitos casos, as tentativas de criação em cativeiro têm resultado em sérios problemas nutricionais e metabólicos.

A deficiência de vitamina D3 em répteis pode estar associada à falta de suplementação na dieta ou à ausência de exposição à luz ultravioleta, sendo que esta é de suma importância, pois transforma as provitaminas D em vitaminas D3, que por sua vez dá origem à forma ativa da vitamina D, que é responsável pela absorção dos íons cálcio na luz do intestino delgado (Goulart, 2004).

Este trabalho tem como objetivo avaliar e descrever o hiperparatireoidismo nutricional secundário através de observações visuais externas em filhotes de jacaré-do-pantanal (*Caiman crocodillus yacare*).

Material e Métodos

Este estudo foi realizado no período de maio de 2004 a março de 2005, no Laboratório de Animais Silvestres da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) – Campus Castro (PR). Foram

observados 52 filhotes de jacaré do pantanal (*Caiman crocodillus yacare*), nascidos entre março e abril de 2004, oriundos do Centro de Aqüicultura da Universidade Estadual Paulista – Campus Rio Claro (SP). Os animais foram marcados, pesados e distribuídos aleatoriamente em oito caixas plásticas, medindo 78 X 56 X 41 cm. Foram utilizados aquecedores de água e lâmpadas incandescentes de 100 watts colocadas nos centros das caixas, sendo que a temperatura foi monitorada diariamente. O fotoperíodo foi controlado por temporizador, mantendo 12 horas de luz diárias. Durante este período não houve qualquer exposição à radiação ultravioleta. A dieta foi constituída exclusivamente por carne bovina moída de segunda e fornecida “ad libitum” na frequência de 6 vezes por semana, sempre às 10h. A análise bromatológica da carne foi realizada no laboratório de nutrição animal da UEPG e a análise de teores de cálcio e fósforo no laboratório de bromatologia da Fundação ABC. A avaliação do hiperparatireoidismo nutricional secundário foi realizada através de observações visuais dos animais, tendo como parâmetro o aumento do volume do dorso, sendo atribuído aos animais escores de gravidade da doença, que variam em normal, leve, moderado e grave, com pontuação de 0 a 3, respectivamente.

Neste momento também foram realizadas as biometrias dos filhotes, medindo o comprimento total (CT), comprimento retro-anal (CRA) e o peso (P), utilizando-se trena (1 cm) e balança eletrônica (precisão de 0,5 g).

Resultados

Os resultados obtidos através da avaliação visual mostram que 47,17% dos animais não apresentam aumento do volume do dorso, 33,96% apresentam leve aumento, 13,2% moderado e 5,67% grave aumento. Os valores médios de CT, CRA e P foram respectivamente, 39,45 cm, 18,24 cm e 243,2g. Durante todo o experimento a temperatura média das caixas onde foram mantidos os filhotes foi de 28,5°C ± 2,18.

A composição bromatológica expressa na matéria seca, da monodieta

fornecida aos animais foi de 62,11% de proteína bruta, 37,07% de extrato etéreo, 179 mg/kg de Ca e 0,16% de P.

Discussão

O HNS decorre da hipocalcemia causada pela deficiência de cálcio na dieta a longo prazo e da ausência à exposição da luz ultravioleta, sendo que os sinais da doença nem sempre são aparentes e podem não ser detectáveis até que danos irreversíveis tenham ocorrido (Santos, 1997). A doença é geralmente observada em animais jovens, pois, animais adultos com total desenvolvimento ósseo são muito mais resistentes à doença, devido a sua vasta reserva de cálcio nos ossos (Mader, 1996). Os sintomas típicos incluem além do aumento do volume do dorso, deformações ósseas, fraturas espontâneas, paralisia, perda de dentes, mandíbula flexível e perda de apetite. A relação Ca:P da dieta foi de 1:9, enquanto a relação recomendada está entre 1:5 a 2:1 (Staton, 1991). As carnes vermelhas têm sido de forma geral apontadas como as mais adequadas nutricionalmente que as carnes brancas em relação ao crescimento dos filhotes de jacarés (Joanen & Mcnease, 1981). Porém, nota-se que o seu fornecimento na forma de monodieta sem nenhuma suplementação de cálcio leva a doenças metabólicas nutricionais.

Outro fator que deve ser considerado é o fornecimento de vitamina D3 na dieta ou o planejamento de instalações que permitam a incidência direta de luz UVB, ou ainda, emprego de lâmpadas que emitam raios UVB. Atualmente a vitamina D3 pode ser acrescida na dieta através de uma pré-mistura de vitaminas comercial para frangos, já que ainda não há produtos específicos para répteis.

Conclusões

Baseado nos dados obtidos, pode-se observar que a utilização de monodieta a base de carne bovina, como vem sendo utilizada nas criações de crocodilianos brasileiros, deve ser suplementada com cálcio na relação mais próxima da recomendada. Além disso, deve-se proporcionar a irradiação UVB adequada ou suplementar à vitamina D3 na dieta. ●

Equações para estimar o peso de cordeiros a partir de suas medidas corporais

Por: Carina S. de Barros,
Méd. Vet. Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias UFPR. Bolsista CNPq;
Alda Lúcia G. Monteiro,
Prof. Adj. do Dep. de Zootecnia UFPR;
Edilson B. de Oliveira,
Pesquisador da Embrapa Pecuária Sul;
Maria Angela M. Fernandes,
Méd. Vet. Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias UFPR. Bolsista CAPES.

Introdução

Atualmente, observa-se crescimento do rebanho ovino no Estado do Paraná e enfatiza-se a necessidade de pesquisas na área da ovinocultura. Os ovinos Suffolk tornaram-se tradicionais nas criações do Paraná, já os ovinos Santa Inês, do ponto de vista biológico, ainda são material genético novo. As medidas corporais contribuem na definição de um grupo genético, seu porte, suas aptidões (Souza et al, 2005) e também podem prever o peso dos animais por meio de equações de correlação (Santana et al., 2001). No entanto, são escassos os trabalhos sobre biometria de ovinos e sua correlação com o peso corporal. Nesse contexto este trabalho objetivou caracterizar biometricamente os cordeiros puros Santa Inês e Suffolk, por meio de medidas corporais e de peso corporal, e fornecer indicação da aplicabilidade dessas medidas como indicadoras do peso corporal desses cordeiros.

Material e Métodos

O experimento foi realizado no Setor de Ovinocultura de Universidade Federal do Paraná em 2002. Os animais avaliados foram cordeiros, de parto simples e gemelar, puros da raça Suffolk (18 machos, 29 fêmeas) e Santa Inês (31 machos, 23 fêmeas). Os cordeiros foram medidos e pesados no primeiro dia de vida. As mensurações das medidas corporais foram realizadas com fita métrica no animal em estação, conforme descrito por Torres & Jardim (1992), do lado direito dos cordeiros. A altura da cernelha foi a medida do piso até proeminência óssea dorsal mais exuberante da escápula e a altura da garupa, do piso até proeminência óssea dorsal mais exuberante do íleo. O comprimento corporal foi a medida obtida da proeminência óssea lateral mais exuberante da escápula até a proeminência óssea lateral mais exuberante do ísquio. O perímetro torácico foi obtido por mensuração do diâmetro do tórax imediatamente caudal aos membros torácicos.

A análise estatística foi realizada pelo programa Statistica Versão 5.0, no qual fez-se análise de variância, teste de Duncan ($P=0,05$), correlação simples de Pearson ($P=0,05$) e análise multivariada.

Resultados e Discussão

As medidas corporais e do peso dos cordeiros ao nascimento não sofreram efeito do sexo e do tipo de parto. As médias e o desvio padrão dos pesos e das medidas corporais dos cordeiros estão na Tabela 01, na qual se observa que a raça Santa Inês apresentou menor tamanho corporal. A relação entre altura da cernelha e altura de íleo foi $1,01 \pm 0,24$, o que caracteriza alometria positiva da cernelha em relação ao íleo, resultado em concordância com Butterfield (1988).

Kalra et al. (1986) afirmaram que o peso do ovino pode ser um indicativo seguro do tamanho corporal do ovino devido aos elevados coeficientes de correlação entre o peso e as medidas corporais. No presente estudo, a maioria das correlações entre as medidas corporais e o peso dos animais foi positiva e elevada, como demons-

trado na Tabela 02. Os parâmetros dos componentes principais foram obtidos e a análise revelou que dois vetores explicam no mínimo 91,81% da variação total. Portanto, duas medidas corporais são suficientes para estimativa de peso com adequada segurança. O perímetro torácico foi o componente de maior importância e o segundo variou conforme a raça. Na Suffolk foi altura de íleo e na Santa Inês, comprimento corporal. A estimativa do peso dos cordeiros pode ser realizada por uma equação de regressão linear específica para cada raça (Tabela 03).

Conclusões

A raça Santa Inês apresentou menor tamanho corporal quando comparada à Suffolk.

Na ausência de balança, por meio de medidas corporais é possível estimar o peso dos cordeiros. No entanto, é importante observar que houve variação nas medidas que mais influenciaram a variação do peso, conforme o padrão genético, e isso deve ser considerado de modo a obter adequadas estimativas de peso. ●

Médias de peso corporal (kg) e medidas corporais (cm) seguidos do desvio padrão em diferentes grupos genéticos de cordeiros no dia do nascimento.

Grupo Genético	Peso médio (kg)	Perímetro torácico (cm)	Altura da cernelha (cm)	Comprimento corporal (cm)	Altura de íleo (cm)
Santa Inês	3,28 b+0,77	37,56c +4,64	37,72b +4,11	30,08b +6,88	36,80 b +2,69
Suffolk	5,31 ^a +1,06	42,76 ^a +4,83	41,04 ^a +3,96	32,30 ^a +5,04	40,83 ^a +3,93

Médias na mesma coluna seguidas por letras minúsculas iguais não diferem pelo teste de Duncan ($P=0,05$).

Coefficientes de correlação simples de Pearson entre o peso e as medidas corporais de cordeiros da raça Suffolk e da raça Santa Inês, no dia do nascimento.

Variáveis	Peso	Perímetro torácico	Altura da cernelha	Comprimento corporal	Altura de íleo
Peso	1,00	0,63	0,55	0,38	0,62
Perímetro torácico	0,63	1,00	0,88	0,83	0,75
Altura da cernelha	0,55	0,88	1,00	0,83	0,78
Comprimento corporal	0,38	0,83	0,83	1,00	0,54
Altura de íleo	0,62	0,75	0,78	0,54	1,00

* Todas as correlações são significativas ($P<0,05$).

Equações de regressão linear do peso sobre duas medidas corporais** de cordeiros da raça Suffolk e da raça Santa Inês, no dia do nascimento.

Grupo genético*	Equação
Santa Inês	Peso = -1,58191 + 0,23943.PT - 0,13726.CC ($r^2 = 0,42$)
Suffolk	Peso = -1,05681 + 0,08262.PT + 0,6941.AI ($r^2 = 0,33$)

SI = cordeiro Santa Inês, SK = cordeiro Suffolk ** PT = perímetro torácico; CC = comprimento corporal; AI = altura de íleo; AC = altura de cernelha.

Todo aposentado tem direito

ao recebimento da multa de 40% do FGTS

A aposentadoria é um direito de todo o trabalhador. Todavia o Governo Federal, em virtude de sua incapacidade de gerir o fundo previdenciário tem imposto algumas barreiras aos trabalhadores para que estes não obtenham as suas tão esperadas aposentadorias. O Supremo Tribunal Federal derrubou uma destas barreiras.

Recente decisão do STF, em Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 1.770 e 1.721-DF, concedeu o direito aos trabalhadores que se aposentarem a continuarem com o contrato ativo nas empresas, seja para a iniciativa privada seja na esfera pública.

Apesar das liminares nos referidos processos estarem em vigor desde maio de 1998, somente com o julgamento do mérito da ação pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, ocorrida em 11.10.2006, foi que todo o entendimento jurisprudencial nas cortes inferiores se modificou.

A mudança na jurisprudência iniciou-se no próprio Supremo Tribunal Federal, para aqueles poucos processos que obtêm sucesso de apreciação por esta corte (como foi o caso do AIRE 519669, Relator Min. Sepúlveda Pertence, julgado em 06.10.2004).

O Tribunal Superior do Trabalho, a mais alta corte na esfera trabalhista de nosso país, mesmo estando vigentes as liminares das ADINs nº 1.770 e 1.721-DF, continuava mantendo a sua Orientação Jurisprudencial nº 177 da SDI-1, a qual afirmava que: "A aposentadoria espontânea extingue o contrato de trabalho, mesmo quando o empregado continua a trabalhar na empresa após a concessão do benefício previdenciário. Assim sendo, indevida a multa de 40% do FGTS em relação ao período anterior a aposentadoria".

Dezenove dias após a decisão do Supremo, o TST alterou o seu entendimento, pois cancelou a Orientação Jurisprudencial nº 177 na seção de 30.10.2006.

Desde então, os processos estão sendo julgados a favor dos empregados, para conceder aos trabalhadores o direito das verbas rescisórias nos mesmos moldes de uma rescisão sem justa causa, ou seja, com o recebimento da multa de 40% sobre todos os depósitos realizados pelo empre-

gador no FGTS durante todo o contrato de trabalho, além do pagamento do aviso prévio. Os julgamentos são firmados nos seguintes termos: "O excelso Supremo Tribunal Federal, julgando a Adin nº 1721-3 e a Adin nº 1770-4, firmou posicionamento no sentido de que o contrato de trabalho permanece íntegro mesmo com a aposentadoria espontânea do trabalhador. Diante desse posicionamento, não resta dúvida de que a multa de 40% do FGTS, devida por ocasião do rompimento do contrato de trabalho por iniciativa da empresa, deve incidir sobre os depósitos do FGTS efetuados no período anterior à jubilação, sacados por força da aposentadoria espontânea."

São exemplos deste entendimento as decisões proferidas nos seguintes processos: TST-RR-564553/1999.0, 1ª Turma, Relator Ministro Vieira de Mello Filho, publicado em 07/12/2006; TST-RR-615952/99.6, Juiz Convocado Relator Guilherme Bastos, 1ª Turma, publicado em DJ 02/02/2007 e TST-E-RR-692.059/2000.9, Relator Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, publicado em 02/02/2007.

De outro lado, se o empregador for o Governo Federal, Estadual ou Municipal e

o regime de trabalho for o celetista, como a rescisão foi um ato imotivado, tem o trabalhador o direito à reintegração ao emprego, com o pagamento de todos os salários e benefícios pelo período de afastamento. Este foi o entendimento esposado pela Juíza Fátima T. L. Ledra Machado, em decisão publicada em 27.02.2007, nos autos TRT-PR 12425.2004.008.09.00.5, do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná.

Assim, se o seu contrato de trabalho foi rescindido por aposentadoria nos últimos dois anos, este Sindicato, através de sua assessoria jurídica, está interpondo ações para que os empregadores sejam condenados ao pagamento integral das verbas rescisórias (multa de 40% sobre o FGTS e aviso prévio) ou reintegração ao emprego em caso de labor para as três esferas de governo.

Os contatos podem ser feitos através do escritório Bortolotto & Fusculim Advogados Associados, diretamente com a Dra. Christhyanne Regina Bortolotto, através dos telefones (41) 3019.2727, fax (41) 3335.7300 ou por e-mail: chris@bortolottoassociados.com.br. ●

Cezar Amin Pasqualin
Presidente do SINDIVET-PR



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL

CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL
PENA DISCIPLINAR APLICADA AO MÉDICO VETERINÁRIO
CIRO RIBEIRO DE ALMEIDA
CRMV-PR 4.788

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto 64.704/1969, consoante ACÓRDÃO exarado em 25.01.2007, contido nos autos de Processo Ético-Profissional n.º 1.446/2006, vem executar a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", nos termos da alínea 'c' do artigo 33 da Lei 5.517/1968 ao Médico Veterinário **CIRO RIBEIRO DE ALMEIDA - CRMV/PR n.º 4.788** por infração ao artigo 13, XIX; artigo 14, VI e VII; artigo 18; e artigo 21 do Código de Ética do Médico Veterinário.

Curitiba, 09 de maio de 2007.

Méd. Vet. Masaru Sugai
Presidente

Núcleo de Cornélio Procópio tem nova diretoria

Arquivo Núcleo



Membros da nova diretoria.

Tomou posse a nova diretoria do Núcleo Regional de Médicos Veterinários de Cornélio Procópio no dia 30 de março. A solenidade, realizada na Casa Rural "Antonio Vilela", reuniu autoridades locais e teve como mestre de cerimônia o primeiro presidente da entidade, Oscar Francisco Balarin. Oscar fez um relato do histórico da fundação, lutas e vitórias do núcleo.

Integram a gestão 2006/2008:

Diretoria:

- presidente: Fauze Gomes Gebara
- vice-presidente de Administração: Carlos Roberto Moreira
- vice-presidente Técnico Científico: Rubens César Pinto da Silva
- vice-presidente de Comunicação Social: Oscar Francisco Balarin

- vice-presidente de Política Profissional: Antônio Roberto Dalossi
- 1º secretário: Mário Ribeiro Júnior
- 2º secretário: Adriano Kagueama
- 1º tesoureiro: Fábio Mauro Segabinazzi Júnior
- 2º tesoureiro: Clóvis Franco de Souza

Conselho Fiscal:

- Maurício de Rosis Filho
- Luiz Guilherme Gonini
- Luciana Emanuella Pereira.
- Suplentes:
- André Luiz O. Pacheco
- Ricardo Takashi Endoh
- José Mendes de Oliveira

Conselho Deliberativo:

- Floriovaldo H. Calderon
- Yassuo Curiaki
- João Ricardo Paiva Gatti.
- Suplentes:
- Camila Q. Blant de Carvalho
- Alexandre Urquiza Gatti
- Sérgio T. Hamada. ●

APCBRH está com nova diretoria

Hans Jan Groenwold é o novo presidente da Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa (APCBRH). Ele comandará a entidade durante o triênio 2007/2010. Além de Groenwold, fazem parte da diretoria: Petrus Johannes Maria Dekkers, Raul da Fonseca Guimarães, Laércio Valle Nicolau, João Guilherme Brenner, Edegar Rockenbach, Lucas Rabbers'61 e Terezinha Noili Vidal Hendrikx. Compõem o Conselho Fiscal: Romeu Carlos Royer, Artur Sawatzky, Paulo Roberto Orso, Newton Goy Kimura, Dirceu Antonio Osmarini, Bauke Dijkstra.

A associação congrega 700 criadores de holandês no Estado, tendo a preocupação em promover os criadores do Paraná e desenvolver a pecuária leiteira brasileira.

Principais Números da APCBRH de 2006

- 62 novos associados;
- 13.854 animais inscritos no Herd-Book da raça Holandesa, representando 37% dos animais registrados no Brasil;
- 4.027 animais classificados para tipo, representando 60% dos animais classificados no Brasil;
- Média de 20.000 animais em Controle Leiteiro Oficial (CLO) de 221 rebanhos inclusos no PARLPR;
- Média de Produção de 7.759 Kg/Leite em 305 dias, para vacas em 2 ordenhas e 9.098 Kg/Leite em 305 dias, para vacas em 3 ordenhas;
- O Laboratório Centralizado de Análise de Leite analisou 714.450 amostras de leite, totalizando 2.740.190 resultados de análises de leite em 2006.

Prioridades 2007

- Realização de reuniões, palestras e participações em eventos para apresentação dos novos serviços da APCBRH;
- Apoio às indústrias (treinamento e orientação na coleta de amostras de leite);
- Reunião com coordenadores e responsáveis de Entidades colaboradoras;
- Reestruturação do Programa WEB+Leite;
- Programa de Acompanhamento CLO (Controle Leiteiro Oficial);
- Promoção de eventos: Encontro Anual de Novos Associados: Dia 15 de Junho de 2007; IV Seminário e III Simpósio Internacional de Pecuária Leiteira: Agosto/2007; II Encontro de Especialistas na Pecuária Leiteira: Outubro/2007. ●

Mantenha seus dados atualizados no cadastro do CRMV-PR.

Paraná sedia dois encontros nacionais

Gabriela Sguarizi



A Orquestra da UEL abrilhantou a cerimônia executando o Hino Nacional, durante a abertura do Zootec 2007.

Neste segundo trimestre de 2007, o Paraná sediou dois importantes eventos nacionais: o Zootec 2007 e o XVII Congresso Brasileiro de Reprodução Animal. “O Paraná é um estado muito importante não só no cenário nacional, mas também no internacional, pois é responsável por grande parte da produção agropecuária do Brasil. O agronegócio corresponde atualmente a 1/3 do nosso Produto Interno Bruto (PIB) e cerca de 35% das exportações brasileiras”, pontua Masaru Sugai, presidente do CRMV-PR.

Reunindo profissionais, acadêmicos e docentes de diversas regiões do País, os encontros colocaram em pauta assuntos importantes para a produtividade e sustentabilidade do agronegócio. Ambos eventos tiveram apoio do CRMV-PR.

Zootec 2007

A questão ambiental tem sido alvo de muitas discussões nos últimos tempos. Principalmente, depois de ambientalistas afirmarem que é necessário agir logo para que os danos causados pelo homem possam ser reversíveis. Atentos ao conceito de sustentabilidade, zootecnistas debateram a diminuição do efeito estufa e menores impactos na produção de alimentos, entre outros assuntos, durante Zootec 2007. O evento teve a abertura oficial realizada na noite do dia 29, em Londrina. Prestigiada por diversas autoridades, a solenidade contou com a presença do presidente do CRMV-PR, Masaru Sugai; do reitor da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Wilmar Sachetini Marçal; e do presidente da Associação Brasileira de Zootecnistas (ABZ), Severino Benoni Paes Barbosa. Também estiveram presentes os presidentes dos CRMVs do Rio de Janeiro, Eduardo Borges, e do Mato Grosso do Sul, Osmar Pereira Bastos.

“A Zootecnia brasileira precisa se adaptar às exigências que países da União Européia estão fazendo para comprar produ-

tos de origem animal atendendo requisitos de agroecologia e bem-estar animal”, explica Nilva Fonseca, presidente da Comissão Organizadora do Zootec 2007. O presidente da ABZ, Severino Benoni Paes Barbosa, compartilha do pensamento, acrescentando que “é por isso que precisamos formar profissionais atentos a estas expectativas, com olhar crítico e postura ética”.

Nesta edição, o tema das discussões foi a Zootecnia frente aos novos desafios, procurando debater os rumos da profissão para firmar a atuação do zootecnista no contexto dos mercados regionais, nacional e internacional, como um agente gerador de inovações no campo da produção, industrialização e distribuição dos produtos de origem animal.

“Estamos muito satisfeitos por debater assuntos tão importantes para a economia nacional. É indubitável a força que o campo exerce para impulsionar esse gigante chamado Brasil. A produção animal é a mais importante vitrine da economia brasileira. Com expressiva produção de frangos e suínos e o maior rebanho comercial de bovinos para corte do mundo, o Brasil desperta interesses de investimentos”, ressalta o reitor da UEL, Wilmar Sachetini Marçal.



O Congresso foi realizado no Auditório da Fiep-PR.

Na cerimônia de abertura o zootecnista gaúcho Paulo Demoliner recebeu o título de Zootecnista do Ano em virtude dos trabalhos realizados em prol da Zootecnia brasileira. “A Zootecnia, acima de tudo, tem uma função social que é a de colocar comida na mesa do brasileiro”, acredita Demoliner.

Reunindo aproximadamente 1,2 mil participantes, o Zootec 2007 foi realizado até dia 1º de junho, no Parque de Exposições Ney Braga. A próxima edição Zootec acontecerá em João Pessoa.

XVII Congresso Brasileiro de Reprodução Animal

Com início em 31 de maio, o XVII Congresso Brasileiro de Reprodução Animal abordou nesta edição os últimos avanços científicos e tecnológicos de interesse da reprodução animal. “Trouxemos os melhores especialistas da atualidade para apresentar aos profissionais os avanços na reprodução no setor da avicultura, bovinocultura, suinocultura, ovinocultura, caprinocultura e equinocultura”, diz o presidente do Colégio Brasileiro de Reprodução Animal (CBRA), entidade promotora do evento.

Na abertura do congresso, realizada na noite do dia 31, foram homenageados os sócios-fundadores do CBRA, o qual completou 33 anos de existência. Os médicos veterinários Antonio de la Torre, José Carlos Prata Cunha, Luiz Carlos Abrante, Orlando Pimpim, Laureano Coelho Menezes e Plínio Rodrigues Nunes receberam o diploma de reconhecimento pelo espírito inovador em investir na reprodução animal.

No decorrer do congresso também foram eleitos os novos membros da diretoria do CBRA. O novo presidente é Rodrigo Costa Matos. O representante do Paraná é o médico veterinário Amauri Alfieri.

O evento foi realizado na sede da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), em Curitiba, até dia 2 junho. ●

Gabriela Sguarizi

Novos Inscritos

CRMV-PR	NOME	CRMV-PR	NOME	CRMV-PR	NOME
0929.ZP	ROGERIO EVALDO PLUCHEG	7502.VP	ADILSON N. COELHO JUNIOR	7573.VP	MAISA M. QUIRILOS ASSIS
0930.ZP	FERNANDA CATTALINI NAPPA	7503.VP	HEVERTON LUIS FADONI	7574.VP	SUSANLAY P. DE M. MANSUR
0931.ZP	MAIGEL DREYER	7504.VP	MONICA DORNELLES DEVITTE	7575.VP	THIAGO DOLENCE LIMA
0932.ZP	JAQUELINE SILVEIRA ARAUJO	7505.VP	SANDRA MARA WAGNER	7576.VP	GABRIELLA EL K. DE ANDRADE
0933.ZP	GABRIEL RENGEL	7506.VP	RACHEL TEREZA RIGOTTI	7577.VP	FRANCINE ROMANI
0934.ZP	EZEQUIEL FERRAZ DE CAMPOS	7507.VP	BRUNO E. SCHWAB MEISTER	7578.VP	HAIRTON MENDES JUNIOR
0935.ZP	ELISANGELA BORSOI PEREIRA	7508.VP	LUANA DORIA G. DE SOUSA	7579.VP	GISELE HEYN
0936.ZP	EMERSON MILLA	7509.VP	FERNANDO KUHN	7580.VP	THIAGO BORTOLO BIANCHESI
0937.ZP	MARIA CLARA M. R. SERBENA	7510.VP	RODRIGO SCHMIDLIN KEIL	7581.VP	EDUARDA M. G. DAS N. OLIVEIRA
0938.ZP	RAFAELLA DRUMOND	7511.VP	CLAUDEMIR WEBER	7582.VP	ODIRLEI MUHLBAUER
7327.VP	LUCAS GASPERIN MALINSKI	7512.VP	ALISSON ROBERTO ACCO	7583.VP	CAROLINE ROCHA VIEIRA
7339.VP	GIOVANI MARCO STINGELIN	7513.VP	THELMA ELISA WISTUBA	7584.VP	FABIO BARDAL
7340.VP	BETINA CANESTRARO MILANI	7514.VP	LUCIELI ORO	7585.VP	MARCO ANDRE Z. SBEGHEN
7342.VP	RAQUEL BRUSTULIN PEREIRA	7515.VP	CELINA TOZETTO	7586.VP	ELIZETE BORTOLOTO
7377.VP	JOAO EMILIO C. SCHUHLI	7516.VP	FABIO TEIXEIRA SAMPAIO	7587.VP	AILTON JOSE C. MACHADO
7378.VP	JOSE MARIO P. ANDRADE	7517.VP	KARINA ANDREATTO	7588.VP	FABIOLA REGINA F. P. GRITTEN
7395.VP	HELOISA MORGADO SCHMIDT	7518.VP	VANESSA DE FATIMA MACIEL	7589.VP	JEISON CARLOS CHOMA
7396.VP	ADRIANO OTANI ANDERSON	7519.VP	JADIR MARCELO BARBIERI	7590.VP	FLAVIO FRAGNAN
7397.VP	PEDRO CELSO M. JUNIOR	7520.VP	SANDRO JOSE K. DA SILVA	7591.VP	GABRIEL JOSE P. DE SOUZA
7398.VP	MARIO HENRIQUE B. SMANIA	7521.VP	JULIANA LUIZ	7592.VP	JULIANA ARCE NICHELLE
7455.VP	DALTON CAVALHEIRO PFAU	7522.VP	ANDERSON PEREIRA VALENGA	7593.VP	LUIZ GUSTAVO A. ARISTIDES
7456.VP	ARTUR ANDRE C. BERTOL	7523.VP	EDUARDO YUKIO O. NAKAGHI	7594.VP	ANA LETICIA PURETZ RAMOS
7457.VP	ALLYSON OLIVEIRA ROCHA	7524.VP	ALIR PEGORINI	7595.VP	ANDREIA ABREU
7463.VP	JEFFERSON BECKER	7525.VP	EBERTON SCHUASTZ	7596.VP	FRANK V. LOPES DE ABREU
7464.VP	VIVIAN OLIVEIRA DOMANSKI	7526.VP	ADENILSON SUTIL	7597.VP	PATRICIA CAMPOS PAOLOZZI
7465.VP	FERNANDO SOUZA LOPES	7527.VP	MERIELI ZANICOSKI DE ARAUJO	7598.VP	ADRIANA ALVES
7466.VP	WILLIAN KIOSHI TAKAHARA	7528.VP	MARCIO M.I DORIGON NOTOMI	7599.VP	REGIANE MAYUME KOKUBO
7467.VP	RAFAEL RICARDO HUPPES	7529.VP	DANIELLI APARECIDA VIGANO	7600.VP	RENATA ZIBARTH PEREZ
7468.VP	VICTOR MOREIRA ALVES	7530.VP	NAURE RODRIGO J. DE SOUZA	7601.VP	SILVIA REGINA ROSENMANN
7469.VP	ANDRE LUIZ F. ROBERTO	7531.VP	RONALD DE LUCCA	7602.VP	DAVI GEISLER
7470.VP	REBECA BACCHI	7532.VP	EDUARDO EITI ICHIKAWA	7603.VP	FABIANE NOGUEIRA
7471.VP	MANUELLA N. DE M. PORTUGAL	7533.VP	LANES JUNIOR E. GRAEBIN	7604.VP	RICARDO DALL ALBA
7472.VP	RAULINO G. DE CORDOVA NETO	7534.VP	GABRIEL A. DOS SANTOS	7605.VP	CAROLINE R. DA ROSA BELLON
7473.VP	RAFAEL GONCALVES DIAS	7535.VP	ELAINE B. MARQUES	7606.VP	ORLANDO SILVA JUNIOR
7474.VP	SAMANTA YUMI S. WACHHOLZ	7536.VP	SUELEN BERGER BALDOTTO	7607.VP	ANTONIO BRAZ DE MATTOS
7475.VP	JULIANO C. DE MAGALHAES	7537.VP	PATRICIA PEREIRA FEITOSA	7608.VP	KYHARA GAVLIK PESSOA
7476.VP	LUCAS ANDRE SOARES	7538.VP	HELBER DANIEL PARCHEN	7609.VP	LIEGE DE OLIVEIRA
7477.VP	MAURO M. OLIVEIRA	7539.VP	BRUNA BALBINOTTI	7610.VP	MARIA LUIZA PERRELLI HALILA
7478.VP	GUILHERME BORGES BOND	7540.VP	ELLEN ELIZABETH LAURINDO	7611.VP	SIMONE PEREIRA
7479.VP	ALINE FABRINI BONFA	7541.VP	PAULA CRISTINA LINDER SILVA	7612.VP	DIEGO BASILIO HAMILKO
7480.VP	RAPHAEL A. M. BETTEGA	7542.VP	DECIO MACHADO	7613.VP	LEANDRO LIMA
7481.VP	AMANDA B. JUNGER DA SILVA	7543.VP	RAFAEL M. TEIXEIRA DA SILVA	7614.VP	MARIAM EL TASSE
7482.VP	WILLIAM WAGNER BAUMANN	7544.VP	DANIELE FERNANDES XAVIER	7615.VP	HELOISA SCHEER
7483.VP	ANA PAULA NEVES	7554.VP	GUSTAVO OLIVO PERLIN	7616.VP	LUCIANA LINHARES KINTOPP
7484.VP	MARCELO RASPINI BRAZ	7555.VP	EDUARDO T. P. DE OLIVEIRA	7617.VP	SUELLEN REINATO
7485.VP	ARNALDO G. DE B. JUNIOR	7556.VP	CLAUDIA GABRIELA TOMEN	7618.VP	PIERO DA SILVA AGOSTINI
7486.VP	LESLIE FARAH DO AMARAL	7557.VP	ANA PAULA BRENNER BUSCH	7619.VP	KARENINA C. DA COSTA LEITE
7487.VP	KEILA PEREIRA CATELLI	7558.VP	ANGELA RAQUEL B. OLIVEIRA	7620.VP	LIGIA HENZ SILVA
7488.VP	LUANA ELOISE WARICH	7559.VP	HELEN ALINE MELO	7621.VP	JULIANA SACCHELLI
7489.VP	FELIPE PORFIRIO SUCHODOLAK	7560.VP	SOLIANI THOMAZI	7622.VP	BRUNA LOBO KIRCHNER
7490.VP	RAFAEL BOECKER BAGGIO	7561.VP	RAFAEL IAREMA	7623.VP	TANIA FLEITUCH C. DA SILVA
7491.VP	SAMIR DE OLIVEIRA GUIZELINI	7562.VP	VIVIANE FOGACA BERNARDON	7624.VP	SORAYA MIDORI C. MORITA
7492.VP	GIOVANNI OTTO V. CONTIN	7563.VP	KARYNA IZABEL M. HARTMANN	7625.VP	FILIUPE GOMES DE MACEDO
7493.VP	ROBERTA BOGO	7564.VP	KELLY MAZUTTI	7626.VP	BRUNO FERNANDES MARTINS
7494.VP	CARINE BUDZIAK	7565.VP	MARCIEL RODRIGO PERAO	7627.VP	FLAVIO A. ORNELAS
7495.VP	RICARDO TABORDA LEAL	7566.VP	RODRIGO TONIOLO COSTA	7629.VP	KELLY MOLIN DE ALMEIDA
7496.VP	CLIDISNEI RIBEIRO DE LIMA	7567.VP	ELAINE M. CARNEIRO	7630.VP	MARCELO TAKEO MATSUBARA
7497.VP	JULIANA FUJIMOTO	7568.VP	MARCOS VINICIUS SAVEGNAGO	7631.VP	FABIELE BENATO
7498.VP	ROBERTA GARBELINI GOMES	7569.VP	LEANDRO JOSE ROSA	7632.VP	KAUANA BROTTO XISTO
7499.VP	GUILHERME BASSETO BRAGA	7570.VP	TATIANA DE BASTOS WERZEL	7633.VP	LIDIANE DE CASSIA ROSINA
7500.VP	LEANDRO KOZAR SIQUEIRA	7571.VP	ELIANA L. DE CARVALHO	7634.VP	HENRY C. CARNEIRO GOMES
7501.VP	MARCELO CAMPOS LISBOA	7572.VP	ERIK RODRIGUES BONNICI		

Prima Cancelada

0454.ZP	GABRIEL ARRABAL GIL	0908.ZP	LINA YUMI NORO	6062.VP	WANIA GISELE FALCAO
0567.ZP	FABIO LUIZ BATISTI	2719.VP	GEYZE R. DA S. DE FREITAS	6150.VP	LAIRA GIAGIO FABRICIO
0591.ZP	BETINA PATEL WEISS	3456.VP	FABIANO P. BRUSAMOLIN	6260.VP	RAPHAEL BUGALSKI PEREIRA
0668.ZP	ANNE H. DE P. NISHIMURA	4112.VP	GLAUCO FELICIO XAVIER	6859.VP	PAULO R. YIN CHEN
0712.VP	NELSON ALFREDO RUCKER	5512.VP	LUCIANO DE S. MALANSKI	6959.VP	GUSTAVO H. R. ROMERO
0783.ZP	LUIS GUSTAVO BIZZOTTO	5695.VP	ANDREA BARWINSKI		

Prima Reativada

2797.VP	MARIA JOANA BASSO DIAS	2069.VP	ANTONIO CARLOS MENDES	5794.VP	FERNAO D. DE S. LOPES
4100.VP	DANIELLE M. T. DE ALMEIDA				

Secundária

7458.VS	LUIS HENRIQUE L. JOANNITTI	7545.VS	ALESSANDRO P. MINHO	7547.VS	LEANDRO RENEU RIES
6530.VS	CIRANO TULIO	7546.VS	JULIO FLAVIO NEVES		

Transferência Recebida

7459.VP	SILVANO DE O. ANDRADE	7106.VP	LUCIO BORGES U. JUNIOR	7550.VP	EDSON LOPES GOMES
7460.VP	EVANDRO ZACCHE PEREIRA	5139.VP	CRISTIANE T. GOULART	7551.VP	MICHELE F. DA SILVA
7461.VP	ROBERTA C. O. BOLSON	7548.VP	RENATO LEANDRO SPERA	7552.VP	DANIELA DE O. AFONSO
7462.VP	MARCEL WEISS HOFFMANN	7549.VP	DEBORA C. B. DE S. C. MAIA	7553.VP	CLEBER CARDEAL

Profissionais que precisam atualizar endereço

CRMV-PR	NOME	CRMV-PR	NOME	CRMV-PR	NOME
00500-VP	DORIVAL ROZENDO	00314-ZP	JOAO LUIZ DE CASTRO	00684-ZP	ALEXANDRE MURANO MELATO
00512-VP	LUIZ CARLOS ROSA	00332-ZP	MARCELO SANSON E SOUZA	00736-ZP	ADRIANO M. C. MUHLSTEDT
00798-VP	CELSO D. BARANCELLI	00255-ZP	ANTONIO CARLOS TONIOL	00245-VP	LUIZA JESUS DE P. MATTA
00856-VP	MARIA DULCE DE ALMEIDA	00079-ZP	EDUARDO E. A. VENDRAMETH	00456-VP	JOAO ANTONIO G. MARTINS
00976-VP	HUGO JOSE B. ARELLANO	00051-ZP	ATILIO PIZZATTO	00655-VP	HAROLDO ANTONIO B. CABRAL
01118-VP	MAURICIO M. KONISHI	00072-ZP	CLAUDIO DE M. MACHADO	00661-VP	JOSE ANTONIO R. VICENTE
01165-VP	RICARDO MATSUO	02748-VS	ALEXANDRE A. DE O. GOBESSO	01708-VP	MAURICIO R. PAGUAGA LOPEZ
01234-VP	LAERTE G. DA CRUZ	02656-VP	RICARDO RYUZO ODA	02004-VP	CLAITON TADEU L. STUMPF
01462-VP	VALMIQUE DA M. SOBREIRA	02928-VP	MARCO ANTONIO B. BARREIROS	02727-VP	CLAYTON HILLIG
01474-VP	WALTER U. MEDAGLIA	02940-VP	JOSE FERNANDES SANCHES	00082-ZP	SERGIO ISAO MIZOTE
01504-VP	PEDRO F. SEYBOTH	03048-VP	ALBERTO LUSTOSA R. JUNIOR	03462-VP	URANDIR BARBOZA
01543-VP	LUIZ ROBERTO MOSENA	03230-VP	KOOJI HORINOUTI	03429-VP	DEBORA C. G. A. STOLLMEIER
01701-VP	JOAO ALBERTO NAKAMURA	03382-VP	ANGELO WAN	03530-VP	LEONARDO CODA
01803-VP	BEATRIZ FLORIANO	03439-VP	RONALDO C. DA COSTA	02636-VP	PAULO AFONSO DA ROCHA
01927-VP	OLGA DE ARANTES GENTIL	03548-VP	JOAO DE ALMEIDA A. NETO	00341-ZP	MOIZES P. DE O. JUNIOR
01970-VP	SOLANGE DOS S. PEREIRA	03800-VP	ADRIANO E. S. E OLIVEIRA	00194-ZP	ODAIR APARECIDO SANCHES
02026-VP	LUCINEIA MARIA M. KONISHI	03959-VS	GEORGEA B. JARRETTA	00068-ZP	JOSE WILSON REIS DA COSTA
02040-VP	PAULO G. CARNEIRO	03496-VP	FRANCINE L. S. M. SUNYE	00395-ZP	LUCIANO SOUZA LIMA
02077-VP	CARLA WANDERER	00329-VP	JOSE YUJI YAMAGUTI	01063-VP	ANTONIO EVANIR G. SOARES
02210-VP	ANTONIO CARLOS R. GOMES	01479-VP	ROSANA MARIA B. DE CAMPOS	00041-ZP	LEO AUGUSTO SGARABOTTO
02396-VP	ALUISIO ROSA GAMEIRO	04049-VS	ADRIANA FERRAZ	04365-VP	GIOVANA A. M. CORDEIRO
02579-VP	ELCIO DE CAMPOS SANVIDO	04145-VP	LUCIANA B. DE S. BRISOLA	01173-VP	GILDO W. GORSKI
02716-VP	ALESSANDRO G. M. DE SOUZA	04225-VP	ALEXANDRE C. VALENCA	03155-VP	EVANDRA MARIA VOLTARELLI
02863-VP	ANDREA R. BARROS	00465-ZP	ANA PAULA A. M. CAPELLASSO	00513-ZP	SANDRO DALLARMI
02884-VP	ALICE SATIKO NISHIDA	04371-VP	ELIZABETH LEMOS LEAL	00305-ZP	MAURICIO DE N. A. BORBOREMA
00351-ZP	HOSANA B. L. MURASSAKI	05277-VP	ODILEI ROGERIO PRADO	00110-ZP	ILTO MARCHI
00285-ZP	MENDELSON H. B. MUNIZ	05408-VP	DIOGO MARTINS DE OLIVEIRA	00048-ZP	AUGUSTO F. T. NUNES
00287-ZP	GEISA RIBEIRO LEITAO	00590-ZP	JOSE BATISTA DE O. JUNIOR		

*13 de Maio,
Parabéns
Zootecnista!*

Pensar em um futuro
próspero é trabalhar um
presente consciencial



CRMV PR